

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS  
CURSO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL**

**JORDANO LUÍS GIRARDI**

**AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM MARAU/RS: POTENCIALIDADES E  
LIMITANTES**

**Camargo**

**2011**

**JORDANO LUÍS GIRARDI**

**AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM MARAU/RS: POTENCIALIDADES E  
LIMITANTES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Orientador: Prof. Dr. **Jean Philippe Palma Revillion**

Coorientador: Tutor **Elvis Albert Robe Wandscheer**

**Camargo**

**2011**

**JORDANO LUÍS GIRARDI**

**AS AGROINDÚSTRIAS FAMILIARES EM MARAU/RS: POTENCIALIDADES E  
LIMITANTES**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação Tecnológico em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como quesito parcial para obtenção do título de Tecnólogo em Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural.

Aprovado em: Camargo-RS, 19 de agosto de 2011.

---

Prof. Dr. **Jean Philippe Palma Revillion** - Orientador  
UFRGS

---

Profa. Msc. **Susana Cardoso**  
FAVET / UFRGS

---

Profa. **Luciana Scarton**  
PPGDR / UFRGS

*Dedico este trabalho a meus pais Inácio e Teresinha e meus irmãos de igual forma, que nunca mediram esforços para ver concretizado este sonho. E a minha filha Laura, amada.*

## AGRADECIMENTOS

A Deus pela dádiva da vida e oportunidade concedida de crescer intelectualmente, sem esquecer-me das provas morais, não menos importantes para minha evolução, enquanto “ser”.

A minha família, em especial a Laura (filha amada), por compreender a presença/ausência do pai do convívio, em uma fase, ainda tão tenra. A minha mãe e meu pai por toda a ajuda desprendida, insistindo para continuar, concretizando nosso sonho. Meu irmão que sempre me presenteou com livros, me fazendo acreditar que o conhecimento, vale à pena. Deu certo, mano! Minhas irmãs pela ajuda e incentivo. Extensivo aos demais familiares que me apoiaram. Incluem-se vários amigos e colegas de trabalho que acreditaram e, sempre me deram apoio para que pudesse alcançar este objetivo.

A todos os meus colegas/amigos (as) de graduação, os que compartilharam trabalhos em grupo, confraternizações, pontos de vistas diferentes, enfim contribuíram para meu aprendizado, durante estes anos de Graduação. Em especial a Tássia colega/companheira, hoje amiga um ser admirável. Sem esquecer os que ficaram no caminho sou capaz de entender cada um, com suas razões...

Ao “amigo tutor” Cláudio Machado Maia que soube exigir até o limite de nossa capacidade sem duvidar que poderíamos, ir muito além do que pensávamos. Tornou-se amigo ao qual guardo: estima e respeito.

Ao meu orientador Professor Dr. Jean Philippe Palma Révillion por ter quebrado a barreira da virtualidade, indicando os rumos apropriados para lograr êxito nos meus objetivos, quando me senti inseguro. Sempre compreensivo perseverante e acreditando em mim.

Ao meu Co-Orientador Professor Dr. Elvis Albert Robe Wandscheer por mostrar-me que as suas recomendações contribuiriam para melhorar o resultado final.

As tutoras e coordenadora do Pólo UAB- Camargo/RS pela orientação e amizade.

As famílias de agricultores de Marau e Camargo que abriram as portas de suas propriedades para me receber durante os estudos.

Ao município de Camargo que me recebeu tão bem para trabalhar e ao mesmo tempo me oportunizou obter a graduação.

A Emater por me oportunizar com o trabalho, crescimento profissional.

A Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

## RESUMO

Essa pesquisa buscou identificar quais são as potencialidades e os limitantes para as agroindústrias familiares no município de Marau/RS. Os objetivos específicos constituem-se nos desdobramentos do objetivo geral os quais tem como propósito estudar quais os formatos existentes de agroindústrias familiares em termos de variabilidade e disponibilidade de matéria prima utilizada, da gestão de recursos humanos e do perfil econômico do empreendimento; identificar as estratégias de comercialização e os canais existentes para os produtos das agroindústrias familiares; diagnosticar dentre as agroindústrias pesquisadas, legalizadas ou informais, quais os principais fatores tecnológicos, de gestão e legais que favorecem e ou atrapalham o seu desenvolvimento e identificar a ação da mulher no ambiente da agroindústria familiar. A pesquisa realizada foi baseada em amostragem intencional em seis Agroindústrias Familiares Rurais – AFRs do município de Marau-RS, onde temos duas agroindústrias que processadoras de lácteos sendo uma informal e outra formal, e ainda duas agroindústrias que processam derivados de carne suína . Juntamente com essas agroindústrias iremos analisar duas agroindústrias uma de lácteos e outra de carne suína que acabaram encerrando suas atividades.

**Palavras chave:** Agroindústria Familiar; Agricultura Familiar; Legalização;Comercialização.

## ABSTRACT

That research looked for to identify which are the potentialities and the constraints for the family agroindustries in the municipal district of Marau/RS. The specific objectives are constituted in the unfoldings of the general objective which he/she has as purpose to study which the existent formats of family agroindustries in variability terms and matter readiness excels used, of the administration of human resources and of the economical profile of the enterprise; to identify the commercialization strategies and the existent channels for the products of the family agroindustries; to diagnose among the researched agroindustries, legalized or you inform, which the main technological factors, of administration and legal that favor and or they disturb his/her development and to identify the woman's action in the atmosphere of the family agroindustries. The accomplished research was based on intentional sampling in six Rural Family Agribusinesses - AFRs of the municipal district of Marau-RS, in the which two agroindustries processing of milky, being an informal one and other formal one, and still two that process derived of meat pork. Together with those agroindustries we will analyze two agroindustries one of milky and another of meat pork that you/they ended up containing their activities.

**Keywords:** Family agroindustry; Family agriculture; Legalization; Commercialization

## LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 – Localização município de Marau no mapa do RS e os limites com outros municípios .....	33
FIGURA 2 – Mapa do Estado do Rio Grande do Sul, no detalhe, região do Condepro ....	35
FIGURA 3 – Câmera fria da ALJ usada para maturação dos queijos .....	44
FIGURA 4 – Vista da estrutura da ALF, em tarde de campo realizada em 07/10/10.....	45
FIGURA 5 – Porão da casa AEJ, local de cura do salame e varejo .....	46
FIGURA 6 – AEF- Local de cura do salame e varejo as visitantes .....	46
FIGURA 7 – Restaurante colonial onde são servidos produtos da AEF .....	47



## LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Comercialização dos produtos das agroindústrias pesquisadas.....	42
GRÁFICO 2 – Tamanho das unidades de procedimento.....	47

## LISTA DE TABELAS

TABELA 1 – Número de estabelecimentos e área agricultura familiar e não familiar em 2006.	
Marau/RS.....	17

## LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – Síntese das principais características das agroindústrias estudadas. ....	37
--	----

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- ASCAR/RS:** Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
- AFRs:** Agroindústrias Familiares Rurais
- AEI:** Agroindústria de Embutidos Informal
- AEC:** Agroindústria de Embutidos C
- ALD:** Agroindústria de Leite D
- AEF:** Agroindústria de Embutidos Formal
- ALI:** Agroindústria de Leite Informal
- ALF:** Agroindústria de Leite Formal
- BPF:** Boas Práticas de Fabricação
- CONDEPRO:** Conselho Regional de Desenvolvimento Produção
- EMATER/RS:** Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural
- EPP:** Empresas de Pequeno Porte
- ESREG:** Escritório Regional da Emater - Região de Passo Fundo
- EMBRAPA:** Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
- FEE:** Fundação de Economia e Estatística
- IBGE:** Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- ICMS:** Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação De Serviços
- IDH:** Índice de Desenvolvimento Humano
- LUME:** Repositório Digital da Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- PATRAN:** Policiamento Ambiental
- PIB:** Produto Interno Bruto
- PRONAF:** Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
- RS:** Rio Grande do Sul
- SEBRAE:** Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
- SIM:** Serviço de Inspeção Municipal
- UAB:** Universidade Aberta do Brasil
- UFRGS:** Universidade Federal do Rio Grande do Sul
- UPF:** Universidade de Passo Fundo
- VAB:** Valor Adicionado Bruto

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
2.1	AGRICULTURA FAMILIAR .....	16
2.2	AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL-AFR.....	18
2.2.1	Conceituação e Caracterização das AFRs .....	18
2.2.1.1	Agroindústria Caseira.....	20
2.2.1.2	A Agroindústria Familiar Artesanal .....	20
2.2.1.3	A Agroindústria Familiar de Pequeno Porte .....	21
2.2.2	Benefícios da Agroindustrialização .....	22
2.2.3	Restrições ao Desenvolvimento das AFRs.....	24
2.2.4	A participação da mulher nas AFRs .....	27
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>29</b>
<b>4</b>	<b>CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAU.....</b>	<b>33</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>36</b>
5.1	LOCALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E SEUS INVESTIMENTOS .....	44
5.2	ENTENDENDO OS EMPREENDIMENTOS QUE FECHARAM .....	51
<b>6</b>	<b>CONCLUSÕES.....</b>	<b>56</b>
	<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>59</b>
	<b>APÊNDICE A – Questionário de Campo direcionado para AFRs – Marau/RS.....</b>	<b>64</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho foi desenvolvido pelo interesse em conhecer as oportunidades emergentes e os fatores restritivos ao desenvolvimento das Agroindústrias Familiares Rurais - AFRs de Marau/RS sejam elas formais ou informais. A justificativa desta fundamenta-se em esclarecer os fatores críticos da recorrente “dificuldade” de legalização das AFRs uma vez que, em qualquer região do Brasil, o número de estabelecimentos formais é bem menor que os informais.

A temática representa uma questão fundamental ao setor agroindustrial e ao consumidor brasileiro já que, de um lado, todo processo que origina alimentos que se desejam comercializar deveria, segundo a legislação vigente, atender os diferentes aspectos da legislação sanitária, tributária e ambiental e, de outro lado, a concorrência entre agroindústrias formais e informais fere as regras da justa concorrência frente às diferenças de condições de sobrevivência a que cada categoria é submetida.

Também representa questões motivadoras para esse estudo a compreensão do contexto em que os agricultores familiares passam de produtores de matéria-prima para a agroindustrialização “caseira”, verificando os aspectos de geração de trabalho, renda e agregação de valor com o aumento da diversidade de produtos. Processo que envolve como nos sugere Tremarin, Schmitz e Wagner (2007), a avaliação da capacidade das unidades de produção agrícola em promover o seu desenvolvimento, sem perder de vista os saberes locais e as tradições. Em especial, estando localizadas em um município e região com forte presença do setor agroindustrial de grande porte como a BRF Foods (Marau e Serafina Correa), Doux/Frangosul (Passo Fundo), Agrogem e Nicolini (Nova Araçá) todas em um raio de até 65 km de Marau. Sabido que se usa de várias estratégias competitivas, como a verticalização da produção e a exploração de economias de escala e o uso de marcas e marketing, é fundamental conhecer quais os espaços que ainda podem oferecer condições de permanência e/ou crescimento para as AFRs, bem como para o surgimento de novas unidades de processamento familiar. Nesse sentido, parece evidente que a emergência dos mercados locais e institucionais pode representar uma nova perspectiva às agroindústrias familiares.

Vários aspectos são ao mesmo tempo potencialidades e limitantes para os agricultores familiares como identificam vários autores. A existência do êxodo rural ligado à baixa remuneração dos produtos agrícolas (TEDESCO, 1999) e a modernização da agricultura

articulada pelo governo e interesses dos capitais, atuando de forma excludente para muitos pequenos agricultores (MENEGETTI, s/d), representam justificativas para que o produtor rural agroindustrialize a sua produção visando uma maior valorização da matéria-prima produzida. Diante deste contexto, presente na maioria dos municípios da região do Conselho Regional de Desenvolvimento Produção - CONDEPRO no estado do RS, questiona-se, o que muda para os agricultores familiares que escolheram processar a matéria prima ao invés de simplesmente entregar a agroindústrias processadoras, como é produzir, processar e vender seus produtos?

Essa pesquisa alinha-se aos esforços no sentido de identificar o potencial de produção de matéria-prima e sua transformação em alimentos de qualidade, com geração de trabalho e renda e diversificação da matriz local, dentro de uma estratégia de desenvolvimento rural. Para tanto, faz-se necessário esclarecer como a legislação sanitária, tributária, ambiental e previdenciária e estas o que representam quanto a facilidades e dificuldades para este grupo de famílias empreendedoras. Constituíram-se em múltiplos estudos de caso de várias agroindústrias familiares onde se buscou a colaboração de atores importantes como os próprios agricultores e pessoas representantes de órgãos de classe dos agricultores, da Secretaria de Agricultura e da vigilância sanitária do município de Marau/RS, da Associação Rio-Grandense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER (local e regional de Passo Fundo).

Para a realização desse trabalho foram traçados objetivos que atuaram como norteadores sendo que o objetivo geral que contempla a pesquisa de forma ampla tem como propósito identificar quais são as potencialidades e os limitantes para as agroindústrias familiares no município de Marau/RS. Os objetivos específicos constituem-se nos desdobramentos do objetivo geral os quais tem como propósito estudar quais os formatos existentes de agroindústrias familiares em termos de variabilidade e disponibilidade de matéria-prima utilizada, da gestão de recursos humanos e do perfil econômico do empreendimento; identificar as estratégias de comercialização e os canais existentes para os produtos das agroindústrias familiares; diagnosticar dentre as agroindústrias pesquisadas, formais ou informais, quais os principais fatores tecnológicos, de gestão e legais que favorecem e ou atrapalham o seu desenvolvimento e identificar a atuação da mulher no ambiente da agroindústria familiar.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 AGRICULTURA FAMILIAR**

O conceito essencial da agricultura familiar aqui estudado será o trazido por Lamarche (1993, p.15), “a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde propriedade e trabalho, estão intimamente ligados à família.” Sintetiza pelo menos três aspectos importantes e diferenciais, reforça suas particularidades na seguinte frase: "a Agricultura Familiar não é um elemento de diversidade, mas contém nela mesma, toda a diversidade” (LAMARCHE, 1993, p.19).

De acordo com Meneghetti (s/d), no Brasil, a modernização na agricultura ocorre no final dos anos 50, com a mecanização agrícola, seguindo aqui a mesma lógica das políticas de modernização dos países industrializados:

A modernização da agricultura no Brasil acontece quase da mesma forma que nos países industrializados, com uma particularidade, aqui ela se dá dentro de uma aliança entre o capital agro-industrial, os grandes produtores e o Estado, excluindo os pequenos produtores, ou relegando-os a um segundo plano. [...]. Também aqui a modernização da agricultura tem a função de fornecer mão-de-obra barata para o setor urbano, fornecer matéria-prima para a indústria e ser consumidora de produtos industriais. O desenvolvimento rural concebido como sinônimo de modernização teve implicações sérias na questão da sustentabilidade, tanto econômica, como social e ambiental, dentro da agricultura de um modo geral, e principalmente, dentro da agricultura familiar (MENEGETTI, s/d, p.07).

Esta “agricultura moderna” está fortemente integrada aos complexos agroindustriais e vem apresentando aumento dos custos de produção, redução da renda líquida do produtor rural, degradação ambiental, tornando-se necessária a busca de novas alternativas por parte dos agricultores familiares. Neste conjunto de novas alternativas a agroindústria familiar ganha destaque, principalmente quando associado a outras estratégias tais como a o associativismo e a comercialização direta.

Segundo dados do Censo Agropecuário (IBGE, 2006) foram identificados naquele ano no Brasil 4.367.902 estabelecimentos considerados de agricultura familiar, conforme a Lei 11.326 de 24 de julho de 2006. Representando 84,4% do total dos estabelecimentos agropecuários com a ocupação de 80,25 milhões de hectares o que representava 24,3% da área ocupada por esses estabelecimentos. O estudo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE aponta que a média dos estabelecimentos da agricultura familiar



representava 18,37ha em média (IBGE, 2006). No município de Marau estes números ficam assim representados como apresentado na TABELA 1.

**TABELA 1:** Número de estabelecimentos e área Agricultura Familiar e Não Familiar em 2006. Marau/RS.

<b>Tipo de Agricultura</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários (Unidades)</b>	<b>Número de estabelecimentos agropecuários em %</b>	<b>Área dos estabelecimentos agropecuários (Hectares)</b>	<b>Área dos estabelecimentos agropecuários em %</b>
<b>Agricultura Familiar</b>	1.224	88,25	26.896	53,10
<b>Não Familiar</b>	163	11,75	23.758	46,90
<b>Total</b>	1.387	100	50.654	100

**Fonte:** Adaptado de IBGE - Censo Agropecuário 2006.

Uma análise rápida sobre o quadro acima é oportuna a agricultura familiar, embora seja maioria com 88,25% dos estabelecimentos dispõe de apenas 53,1% das terras, e uma área média por estabelecimento de 21,9ha diferente da não familiar que em média possui 145,7ha.

Sobre a lei 11.326 esta estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais (BRASIL, 2006). Em seu artigo terceiro enuncia os seguintes critérios:

Art. 3 Para os efeitos desta Lei considera-se agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, atendendo, simultaneamente, aos seguintes requisitos:

- I - não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais;
- II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento;
- III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento;
- IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família.

Ainda em seu artigo 5º, essa mesma lei refere-se entre os objetivos da política nacional para agricultura familiar assegura entre outras questões a agroindustrialização, citada no capítulo décimo segundo deste artigo (BRASIL, 2006).

Maluf (2004) considera que a agricultura familiar é a forma mais apropriada de ocupação social do espaço agrário. Elevar os pequenos produtores, valorizando seu trabalho e resultados, promove a equidade juntamente com a inclusão social aliado a uma maior e bem mais diversificada oferta de alimentos oferecidos à população produzidos sob formas sustentáveis.

## 2.2 AGROINDÚSTRIA FAMILIAR RURAL – AFR

### 2.2.1 Conceituação e caracterização das AFRs

Para Boucher y Riveros (1995), a agroindústria familiar é uma atividade que consegue aumentar e reter, no meio rural, valor agregado do que se produz das economias camponesas, por meio de trabalhos internos dos produtos oriundos de explorações agrosilvopastoris, como: a seleção, a limpeza, a classificação, a armazenagem, o beneficiamento, a conservação, a transformação, a embalagem, o transporte até a comercialização.

Para Tedesco (1999), a agroindústria resulta da arte de trabalho desenvolvida ao longo da história com uma filosofia prática e própria do *ethos* de colono, no contexto regional, tendo como pressuposto a agregação de valor da produção primária. O mesmo ainda referencia a este processo de transformação uma oportunidade de trabalho sem sair do meio rural para buscar emprego nas cidades.

Existem várias nomenclaturas que podem expressar diferentes formatos para unidades familiares que transformam a matéria-prima em agroindustrializado como: agroindústria rural, agroindústria caseira, artesanal, Agroindústria Familiar Rural - AFR, ou outras denominações que se expressam conforme a região personalidades muito similares. Neste enfoque da agroindústria familiar, Prezotto (2002) aponta os fatores que a caracterizam: da propriedade e gestão, o uso da mão de obra, a origem da matéria prima, a tecnologia usada, sua localização e a diferenciação dos produtos.

Segundo Pelegrini e Gazolla (2008, p. 78)

Entende-se a agroindústria familiar como uma atividade de produção de produtos agropecuários com conseqüente transformação destes em derivados alimentares de diversos tipos, ocorrendo, nesse processo, a agregação de valor ao produto final. Além disso, deve-se ressaltar que nestes empreendimentos há grande relevância do trabalho e da gestão por parte do próprio núcleo familiar que é que empresta sentidos, significados e as estratégias que serão adotadas nesta atividade.

Sgarbi (2006) descreve que a AFR é uma unidade de processamento de alimentos que se localiza no meio rural ou zonas próximas, comumente de propriedade do agricultor familiar de forma individualizada ou de um grupo. As tecnologias adotadas são simples, levando-se em conta a adequação e relação entre custos e quantidades de produtos processados. Trata-se ainda de unidades com acúmulo de saberes e uso de práticas tradicionais. A matéria prima é

produzida em sua totalidade ou maior parte pelos próprios agricultores e suas famílias, podendo ser adquirida de outros de forma complementar. A força de trabalho bem como a gestão e a comercialização são atividades exercidas pelos membros da família.

Autores como Mior (2005) e Pelegrini (2008) citados por Révillion (2010, p.1) colocam que a AFR é:

Uma forma de organização em que a família rural produz, processa e/ou transforma parte de sua produção agrícola e/ou pecuária, visando, sobretudo à agregação de valor obtida com a oferta de produtos mais sofisticados em canais de comercialização e mercados diferentes dos tradicionais. Esse diferencial, a gestão da produção e a definição de estratégias de desenvolvimento a partir da iniciativa dos participantes do núcleo familiar, é o que torna particular esse tipo de organização.

Guimarães e Silveira (2007) alertam de modo a não confundir artesanal com baixa tecnologia, visto que o processamento agroindustrial familiar vale-se do conhecimento tradicional que norteia a elaboração do produto, tratando-se de “um toque especial de cada produtor” e este se opõe ao industrial.

Este aspecto é frisado por Silveira e Heinz (2005, p.3):

Enquanto no processo industrial, o fundamento é a padronização do produto, a garantia de que determinada marca não apresenta variação nem em qualidade, nem nas características do produto, devido a procedimentos técnicos e operações maquinicas sob rígido controle, o artesanal é o império do como fazer, da variável humana, da diferenciação. A criatividade e a inovação permanecem como possibilidade.

Valores que vão além da questão nutricional estão contidos no resultado destes processos: o saber tradicional, resultado da herança do conjunto de uma família que faz parte de uma sociedade e região característica, conferindo-lhe valores próprios – que podem ser valorizados por um conjunto de consumidores que se identificam com esta identidade colonial (SILVEIRA *et al.*, 2006; DIESEL *et al.*, 2006).

Contribuir com a interpretação deste tema das agroindústrias familiares rurais presentes no espaço rural a que se considerar a existência de diferentes tipos de agroindústria. Para tal recorreremos à explicação de Guimarães e Silveira (2007) que apontam pelo menos três situações mais pertinentes as AFRs em especial as que fazem parte deste estudo e os aspectos permeiam a relação do processamento com a própria agricultura familiar as questões intergeracional(entre gerações), a própria validação social bem como legal, passando pela qualidade dos produtos. Abaixo essas três situações são apresentadas e caracterizadas.

### **2.2.1.1 Agroindústria Caseira**

A inexistência de instalações e equipamentos específicos para processamento comentam Guimarães e Silveira (2007) ainda parte do pressuposto que atende o consumo com venda de excedentes. Uma atividade habitual, segundo Zago (2002 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007) esta é orientada para o consumo atingindo a comercialização pela aceitação local do produto. Total informalidade e sem controle sanitário, próprio de regiões coloniais, podendo trazer problemas a saúde do consumidor, pela informalidade fica a margem dos processos de qualificação ou acompanhamento; estabelecimento que não apresenta interesse em legalizar-se, pois representaria investimentos além de na sequência acarretar em impostos e taxas imprimindo necessidade de aumento de escala demandando mudanças as quais estas propriedades possam não atender como liberar mão-de-obra para este fim, retirando de outras não menos tradicionais, inclusive da produção de matéria-prima, provocando competição interna dos fatores de produção.

Silveira e Heinz, (2005 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007) trazem que agroindústria caseira não pretende se tornar uma unidade agroindustrial como espaço legalizado, diferente do que esperam agentes estatais e os programas tradicionais de apoio as AFR; à medida que houver possibilidade o “negócio” vai sendo aumentado levando sempre em consideração a capacidade da família e a demanda, sendo a renda oriunda de esta atividade ter relevância ou não para a manutenção e ou reprodução da unidade familiar.

Conforme Zago (2002 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007), há outras características intrínsecas deste formato onde se processa o alimento. Para Mior (2005) aponta a “cozinha do agricultor,” onde as receitas são herdadas da família pela tradição com pouco ou nenhum apoio externo em quase todos os aspectos. O mesmo ainda questiona os diversos agentes envolvidos para debater, sobre qual o formato de apoio público caberia a estes empreendimentos. Por hora as políticas públicas não contemplam este grupo, embora típico da agricultura familiar.

### **2.2.1.2 Agroindústria Familiar Artesanal**

Para Guimarães e Silveira (2007) este tipo se baseia no artesanal o saber inter-

geracional adotados, usam-se dos cursos para aprimoramento incorporando as Boas Práticas de Fabricação - BPF, com vistas a atender a qualidade sanitária. Conforme Wilkinson (2006 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007), a forma de fazer vem da tradição familiar ou ainda da cultura regional, mantêm a identidade territorial, também reconhecida como qualidade superior podendo conter: atributos sociais próprios da agricultura familiar, alimento limpo, ou seja, com menos aditivos e/ou conservantes, saudáveis com apelos da natureza e culturais valorizando a aparência, sabor, o próprio cheiro de produto colonial. Visa mercado local /regional conforme suas capacidades de atender as questões de logística, legais podendo propor a transformação dos hábitos alimentares com movimento do “retorno da qualidade” assinalado por Goodman (2003 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007). Mostra-se como nicho de mercado com produtos diferenciados da produção industrial em massa, e os consumidores diferenciam-se, pois busca saúde, produtos com valoração social e ambientalmente corretos de uma culinária típica regional apontam Winter (2003 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007) que reforçam a preocupação com a saúde, esta ganha força do consumidor por este aspecto, para que o alimento ofereça segurança, neste tipo de agroindústria, a validação passa a ser composta de um lado social do outro legal. Quando alcança nível de legalidade passa a ter direito a serviços de inspeção e a validação social pode agora vir de selo de qualidade coletivo ou individual, facilitando a identificação do consumidor. Neste tipo faz necessário o planejamento das capacidades instaladas e mobilizáveis de modo a viabilizarem os empreendimentos, a gestão advinda das capacidades, percebe-se uma participação decisiva das capacidades propiciadas pelos agentes externos, pois há todo um conjunto de conhecimentos como marketing, o monitoramento da qualidade e a própria comercialização internalizados pelas famílias. Neste o estado age de forma decisiva, desde a legalização até crédito, tendo aporte técnico assinalam Guimarães e Silveira (2007), ressaltando residirem no saber inter-geracional sendo este o elemento diferencial das agroindústrias familiares artesanais.

### **2.2.1.3 Agroindústria Familiar de Pequeno Porte**

Uma agroindústria convencional de pequena escala, muito similar a uma grande indústria, só que pequeno porte. Tais negócios surgem como oportunidade de geração de renda para a família ou grupo delas sem o fator tradicional, não havendo em especial saberes

específicos a serem valorizado e sim aprendido de detentores com conhecimento em tecnologia de alimentos, neste caso não apresenta o produto o caráter artesanal elucidada Guimarães e Silveira (2007) e não se diferencia dos produtos da indústria convencional exceto por estar no meio rural. Embora em pequenas propriedades não imprimam valores culturais e territoriais. Compete de certa forma diretamente com as grandes indústrias, tendo estas desvantagens na disputa de mercado por fatores de preço, logística de distribuição e marketing. Para Mior (2005 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007) sendo assim, caracteriza-se como um empreendimento sócio-econômico como outras atividades econômicas com vistas a obter retorno do investimento as capacidades adquiridas e adicionadas definem o sucesso da iniciativa o aprimoramento neste caso vale-se das habilidades de gerir e comercializar tem certa mobilidade favorecidos pelo mercado ou acesso às políticas públicas com inserção em movimentos sociais ou grupos formais.

### **2.2.2 Benefícios da agroindustrialização**

Alguns estudos mais recentes sugerem que a agroindustrialização apresenta papel importante para “diversificação dos meios de vida” no meio rural. Segundo Perondi (2007 *apud* JUNIOR e NIEDERLE, 2009) esta, representa uma alternativa a mais para as famílias sobreviverem e ainda melhorarem seu padrão de vida. Para Pelegrini e Gazolla (2008) as agroindústrias familiares têm evoluído com o desenvolvimento de novas estratégias para suprirem as necessidades de matérias-primas e, também, para valorização do meio rural através da gastronomia, folclore, turismo, restauração e preservação ambiental.

Torna-se uma estratégia sensata de suma importância no começo da atividade de agregação de valor a matéria-prima, não se rompa as ligações ou continuidade das atividades tradicionais. Maluf (2004, p.312) argumenta que

O desenvolvimento dos projetos de agregação de valor às matérias-primas agrícolas e as novas formas de inserção nos mercados fazem-se, em geral, de forma gradativa, sem romper, imediatamente, as relações comerciais preexistentes, principalmente aquelas tradicionalmente mantidas com as cadeias integradas através do cultivo comercial de grãos e da pecuária leiteira presentes na maioria das unidades familiares.

De acordo com Tremarin, Schmitz e Wagner (2007) não é apenas no que se refere ao econômico que as agroindústrias se apresentam com destaque no contexto local e regional. Esses autores colocam que após a implantação das agroindústrias, as atividades nas unidades

familiares de produção voltaram a ser atrativas para os jovens que haviam partido para ocupações não agrícolas (TREMARIN; SCHMITZ ; WAGNER, 2007). Dessa forma pode se perceber que os jovens, que antes haviam migrado para as cidades acabam retornando ao meio rural. Outro aspecto importante é a qualidade de vida e a auto-estima dos envolvidos com a atividade da agroindústria que são desenvolvidas com notada satisfação. Ainda apontam a autonomia e o prazer de desenvolver seu próprio negócio.

A venda direta dos produtos da AFR é apontada por Pelegrini e Gazolla (2008) como um dos meios de comercialização mais expressivos, seja em nível de propriedade, nas feiras, eventos ou festas com a efetiva participação dos membros da família, o que significando a valorização do espaço rural em sua amplitude, indicando na ótica do consumidor para o consumo solidário, consolidando questões culturais de consumo saudável e sustentável. Mior (2007) enfatiza que este conceito está sendo entendido pelos consumidores como “produto colonial” o fruto concebido das pequenas agroindústrias rurais.

Elucida Prezotto (2002) diante destas questões que este tipo de industrialização confere a descentralização regional a começar pela produção, visto que aproxima a unidade processadora da matéria prima; contribui com a redução dos custos de transporte; contem os fluxos migratórios com a ocupação e remuneração das pessoas localmente; proporciona um menor impacto ambiental com reuso dos dejetos como, por exemplo, para adubação agrícola. O autor considera ainda que isso valorize o meio rural, pois presume uma estratégia de desenvolvimento e de ocupação do espaço rural, favorecendo ainda o âmbito local e regional com mais equilíbrio, trazendo aumento de arrecadação com impostos, servindo de estímulo a economia local em retorno a própria agricultura com novos investimentos, beneficiando o fortalecimento do comércio local, sobre outros setores como vestuário, serviços, eletrodomésticos materiais de construção, enfim, retroalimentando novas dinâmicas locais e regionais.

Para Ellis (1998) e Maluf (2004) citados por Révillion (2010) a agroindustrialização apresenta-se como complemento de renda crítica aos pequenos e médios estabelecimentos familiares visto que oportuniza minimizar o efeito da sazonalidade e dos riscos ligados a atividade agrícola quando esta é única fonte de renda.

Para Révillion (2010), do ponto de vista da sociedade em geral é interessante que a estrutura do setor agroindustrial seja diversificada e conte com micro, pequenas, médias e grandes empresas conferindo um maior grau de segurança alimentar. Nesta mesma linha Maluf (2004) explica que a forma como se planeja a produção agroalimentar repercute nas opções de desenvolvimento de um país, estado, município (ou região), bem como pode

determinar as condições em que os alimentos são apresentados à população quanto à disponibilidade, qualidade e preço.

Promover a inserção da agricultura familiar nos mercados agroalimentares requer estratégias próprias dentro de uma ótica de “construção de mercados” adequada à situação dos empreendimentos de pequeno porte (MALUF e WILKINSON, 1999).

### **2.2.3 Restrições ao desenvolvimento das AFRs**

Em estudo, Santos e Ferreira (2006), constataram em uma pesquisa realizada com agroindústrias do RS que os principais limitantes envolviam: a sazonalidade, os custos elevados e escassez de matéria prima, falta de capital de giro, pouca margem de lucro e restrição geográfica dos mercados, pouco acesso aos equipamentos corretos para processamento e a falta de formação em gestão dos tomadores de decisões. Para tanto entre outros aspectos, Maluf (2004) recomenda a importância de analisar no âmbito local as iniciativas de forma individualizadas ou associativas de processar a matéria prima agrícola.

Outras dificuldades encontradas apontadas por Caruso (2007 *apud* RÉVILLION, 2010) são a gestão dos financiamentos e o controle dos custos de produção e da margem de lucro. Particularmente, como principais dificuldades na esfera da produção, prevalece o custo elevado da matéria-prima, a estrutura física inadequada à legislação e a escassez de mão de obra na família.

Por outro lado Tremarin, Schmitz e Wagner (2007) colocam que a jornada de trabalho dos agricultores envolvidos na atividade aumentou, pois os mesmos precisam produzir e processar os alimentos, trazendo mudanças às rotinas diárias e mais demanda de mão de obra.

Ressalta Révillion (2010) ainda, que mesmo na informalidade, as agroindústrias têm melhorado os produtos tornando-os mais sofisticados, e isso faz crescer a complexidade da gestão dos recursos tanto financeiros quanto logísticos. Ao tempo que isso aumenta a dependência e o risco do empreendimento, também cria alternativas de diversificação de mercado para a agroindústria.

Porém, quando um agricultor familiar e seus familiares tornam-se empreendedores e constituem uma agroindústria, na forma de micro e pequenas empresas ou na forma de associação ou cooperativa, eles perdem a condição de segurado especial na legislação



previdenciária, e passam a ser considerados empregados rurais, sendo equiparados a autônomos para efeitos de legislação tributária o que acarreta desvantagens em termos de contribuição previdenciária, tempo para aposentadoria por tempo de serviço e perda do salário maternidade (BARROS, 2003). No Estado do RS, a criação do Programa de Agroindústria Familiar (Decreto 40.079, de 09 de maio de 2000, modificado pelo Decreto 40.248, de 17 de agosto de 2000), possibilita que as famílias proprietárias de agroindústrias familiares cadastradas possam comercializar sua produção através da nota fiscal de produtor, conciliando essa atividade com seu enquadramento como produtor rural para fins de aposentadoria, sem a perda da condição de segurado especial. A resolução 004/2002 de 02.04.2002 da Secretaria de Agricultura do RS também cria o selo Sabor Gaúcho - marca pública do Estado - para ser utilizado por agroindústrias familiares. Conforme Meneghetti (2011), para obter enquadramento no Programa de Agroindústria Familiar do Estado/RS uma das exigências é quanto à origem da matéria prima, na qual as famílias têm que produzir 80% desta e ainda devem estar contemplados o trabalho e a comercialização pela família. Meneghetti(2011) orienta ainda para que se verifique junto a prefeitura municipal se o local a ser instalada agroindústria apresenta as condições, no projeto deve estar contemplado sistema de tratamento de efluentes e nos municípios do RS que já aderiram a municipalização da gestão ambiental ficando habilitados a licenciar os estabelecimentos de pequeno porte, dando maior agilidade, mediante projeto apresentado ao órgão licenciador, Aponta a base legal assegurada pela resolução 385 do CONAMA de 27 de dezembro de 2006, para as agroindústrias de pequeno porte consideradas de baixo impacto ambiental, estariam nesta categoria aquelas que cuja área construída é inferior a 250m<sup>2</sup> esta resolução, permite ainda conforme a atividade o licenciamento, seja feito, em uma única licença.

Também, a impossibilidade das AFRs do RS, constituídas como empresas de pequeno porte – EPP, de fornecerem crédito de Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços - ICMS na venda de seus produtos (a partir de 2005) se configura uma desvantagem em relação às concorrentes de maior porte que ainda tem este direito e constitui uma dificuldade complementar à falta de escala de produção e comercialização (CENCI, 2007).

Nesse sentido, Prezotto (2002) sugere a criação de “Unidades Centrais de Apoio Gerencial” capazes de servir as unidades familiares com apoio técnico por meio pessoas contratados ou mobilizadas de órgãos públicos, para aperfeiçoar todas as etapas do processo, desde a produção, processamento e comercialização, poderia minimizar ou superar as dificuldades encontradas. Este tipo de organização pode ser de fundamental importância para

ligação entre as AFRs, desde a legalização dos empreendimentos em setores como inspeção sanitária, fiscalização ambiental e formalização jurídico-tributária, ao tempo que mantém a condição de segurado especial junto a Previdência Social – questões que se apresentam de difícil solução para as agroindústrias familiares.

Conforme Pettan *et al.*(2003), a organização em redes favorece ainda, a imagem das agroindústrias junto ao sistema financeiro, o que melhora o acesso ao crédito, uma vez que melhora a qualidade dos projetos de viabilidade econômica apresentados e pela imagem de confiança que é possível construir com uma entidade de maior estrutura.

A partir da década de 50 com a promulgação da Lei nº 1.283 de 18 de dezembro de 1.950 que trata da inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal, todos os estabelecimentos que trabalhassem com produtos de origem animal deveriam ser inspecionados (BRASIL, 1950). Segundo Prezotto (2002) atender a legislação sanitária tem sido um dos maiores entraves, quando da implantação das AFRs, especialmente pelas exigências relacionadas ao porte das instalações e equipamentos, que elevam os investimentos.

Para Vieira (1998 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007) ocorre que a informalidade apresenta-se como uma barreira a ser superada, sendo ainda o desafio dos tradicionais programas de fomento às agroindústrias familiares: buscando viabilizar as condições de processamento de alimentos nas propriedades rurais familiares, compatíveis com as normas sanitárias, fiscais e ambientais. Por ser uma política pública, deve-se considerar o que já existe, traçando estratégias de mudança que apontem a legalização, entre outros objetivos, sem condicionar a legalização como ponto de partida é o que nos sugerem Silveira e Zimmermann (2004 *apud* GUIMARÃES e SILVEIRA, 2007).

Diante de um série de apontamentos sobre vantagens ou não acerca da legalização das AFRs cabe uma reflexão como nos propõe Sperry (2002) e Gerhard e Almeida(2004) citados por Guimarães e Silveira(2007, p.13-14) a quem interessa a legalização das AFRs.

Respondendo a quem interessa a legalização destes empreendimentos, podemos afirmar como Sperry (2002), que interessa aos promotores de políticas públicas e aos agentes técnicos envolvidos, mas para os agricultores é um elemento estranho de difícil absorção em sua lógica de organização da produção (Gerhard e Almeida, 2004). Como salienta a autora, a formação profissional torna-se fundamental e quando ausente ou precária ameaça o sucesso da estratégia.

Se de um lado há limitantes por parte dos sujeitos envolvidos em absorver as mudanças dificultando a aplicabilidade prática de políticas públicas, vejamos na opinião de Guimarães e Silveira (2007, p.14), onde podem residir os equívocos e como superá-los.

Ousaríamos levantar a hipótese de que enquanto não entendermos a heterogeneidade da agricultura familiar como elemento determinante para a aplicabilidade de iniciativas de “enquadramento” de agricultores às políticas públicas, estaremos ainda operando no sentido de transferência de tecnologias e modelos de produção e gestão, tão prejudicial à diversidade e riqueza dos sistemas de produção, sua territorialidade e reprodução. E mesmo gerando aumento de trabalho e renda para as famílias envolvidas, pode-se reproduzir uma incapacidade de gerar desenvolvimento rural, se este for concebido como uma dinâmica sinérgica entre os diferentes setores econômicos, capazes de criar um círculo virtuoso de investimentos, ocupação no espaço rural e melhoria da qualidade de vida das famílias de agricultores.

Os diferentes aspectos envolvidos na construção de caminhos para políticas públicas que contemplem a participação democrática dos agricultores familiares envolvidos como sujeitos, mirando a legalidade bem como valorize e preserve os atributos culturais e tradicionais, ainda necessitam de flexibilização de ambas as partes a fim de resolver este conflito.

#### **2.2.4 A participação da mulher nas AFRs**

Quanto à importância e participação das mulheres nas agroindústrias familiares Mior (2005, p. 199 *apud* WESZ JUNIOR *et al.*, 2006) traz que não é somente na comercialização que a importância da mulher agricultura ganha importância, ainda no tocante da produção da agroindústria familiar também reserva um lugar muito importante para sua ação.

Estudo feito por Amorin e Staduto (2007) aponta a forte presença das mulheres na mão de obra na agroindústria familiar representando 61%, enquanto que dos homens é de 39%, e estes especialmente sobre derivados de cana. Ainda assinala que a mulher deu início a nova atividade em 52,5% dos casos em um total de quarenta AFRs estudadas. No que se refere à gestão cabe as mulheres em 50% dos casos.

Ainda Nascimento Neto (2005 *apud* WESZ JUNIOR *et al.*, 2006) apontam que a mulher é quem detém a tradição artesanal para elaboração dos produtos, normalmente, esta sob a orientação dela o início quer seja para a ampliação da atividade de processamento ou a reorganização do trabalho familiar na propriedade.

Reconhecem-se os avanços da AFR, considerados estratégicos pela agregação de valor, decorrem dos conhecimentos exercitados que antes aconteciam na cozinha familiar rural. Este sim um espaço demarcado pela participação das mulheres agricultoras, dando origem a rendas que passam a ser muito importantes para a agricultura familiar. Conforme

Guivant (2001 *apud* WESZ JUNIOR *et al.*, 2006) as mulheres fazem a distribuição interna do trabalho da família rural, representando um dos principais artifícios que levam ao sucesso do empreendimento.

### 3 METODOLOGIA

O método de estudos de caso selecionados permite aprofundar o conhecimento de problemas complexos e sistêmicos pela observação da dinâmica e interação de múltiplos fatores, a partir de poucas situações específicas (STERNS; SCHWEIKHARDT e PETERSON 1998). No estudo de caso, o pesquisador propõe-se a investigar um fenômeno contemporâneo, em seu contexto real, no qual os limites entre fenômeno e contexto não são claramente percebidos (YIN, 1994).

Esse método de pesquisa é apropriado para pesquisas cujo principal eixo de questionamento seja os “comos” e os “porquês” e cujo escopo temporal considerado seja o presente (YIN, 1994). Um dos pressupostos desse método é o de que um fenômeno de interesse não pode ser compreendido fora de seu contexto, cujo detalhamento é fundamental para sustentar a compreensão dos mecanismos que nele se inserem (STERNS; SCHWEIKHARDT e PETERSON 1998).

Um dos problemas levantados na utilização dessa estratégia de pesquisa é a impossibilidade de generalização das observações, já que os casos estudados não representam (e não devem representar) a população. Na verdade, o objetivo do levantamento de dados nos estudos de caso não é quantificar, mas compreender (BOYD *et al.*, 1989).

Esta pesquisa foi realizada a partir dos casos de agricultores familiares que de alguma forma além das atividades tradicionais dedicam-se a processar produtos compreendidos como produtos das AFRs. Os produtos encontrados no município apresentam grande diversidade, no entanto, este estudo será voltado para as agroindústrias que tem produtos de origem animal como embutidos e derivados do leite em face serem as mais exigidas no tocante aos diversos aspectos legais. Trata-se de um estudo pelo que é sabido, ainda inexistente.

A pesquisa foi feita por amostragem intencional em seis agroindústrias: i) duas agroindústrias processadoras de lácteos – uma informal e outra formal; ii) duas agroindústrias processadoras de derivados de carne suína - uma informal e outra formal; iii) duas agroindústrias que fecharam nestes segmentos.

Os estabelecimentos/famílias foram selecionados de forma intencional, como nos recomenda Almeida (1989, p.87)

[...] a amostra intencional, consiste em selecionar um grupo de elementos considerados típicos, em função das variáveis estudadas. Exemplo: um pesquisador que quer estudar a utilização feita pelos pequenos produtores do montante do crédito deverá incluir na sua amostra unicamente produtores que fazem uso do sistema creditício. O critério da escolha, neste tipo de amostra, é a razão e não o aleatório, mas a razão é fundada nos critérios pré-estabelecidos. Daí, o problema de representatividade é discutível, mas não se exclui totalmente, dependendo dos cuidados na escolha dos elementos.

Essa amostragem atende o objetivo geral da pesquisa ao evidenciar as potencialidades (exploradas pelas agroindústrias em operação) e os limitantes (que impactaram na sobrevivência das agroindústrias fora de atuação e nas que ainda operam no mercado) para as agroindústrias familiares no município de Marau/RS. Também, os objetivos secundários são favorecidos por essa seleção de tipos de agroindústrias, em particular, a definição de um diagnóstico dos principais fatores que favorecem e ou atrapalham a legalização – pela consideração de casos de agroindústrias que não se mantêm em atividade. Somente com esse tipo de amostragem seria possível atingir os resultados propostos pelos objetivos. Também cabe ressaltar que foram usados os métodos quantitativos e qualitativos, pois a pesquisa assim necessitava de ambos os métodos para que fossem atingidos os resultados propostos no trabalho.

As agroindústrias formais já estão identificadas nos cadastrados junto à prefeitura e ou órgão de vigilância sanitária. Já as agroindústrias informais foram identificadas com base nas informações obtidas com extensionistas da EMATER, dirigentes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e na feira do produtor.

Cabe ressaltar ainda que a pesquisa de campo obedeça ao caráter exploratório a qual é definida conforme Lakatos (1991, p.188),

Pesquisas exploratórias caracterizam-se como sendo investigações empíricas cujo objetivo é a formulação de questões ou de um problema, com tripla finalidade: desenvolver hipóteses, aumentar a familiaridade do pesquisador com um ambiente pesquisado, fato ou fenômeno, para realização de uma nova pesquisa futura mais precisa, ou modificar e clarificar conceitos.

O método de estudos de caso envolve o uso de técnicas associadas: consulta a dados secundários (bibliográficos), entrevistas com especialistas externos e tomadores de decisão na organização e observação direta pelo pesquisador (YIN, 1994). Esse mesmo autor enfatiza que a consideração de dados quantitativos (obtidos principalmente como dados secundários) subsidia a análise qualitativa no método de estudos de caso.

Dados secundários sobre o tamanho da empresa, histórico do processo considerado, localização dos fatos, definição dos produtos e estratégias desenvolvidos e perfil da organização em foco são usualmente importante em estudos de caso (HARLING & MISSER,

1998). Esses elementos são de fundamental importância na compreensão das escolhas estratégicas das firmas, tendo em vista o papel moderador desempenhado pelas estruturas de mercado (WESTGREN & ZERING, 1998).

Nessa pesquisa o referencial teórico pertinente ao atendimento dos objetivos propostos envolveu os referenciais estudados ao longo do curso de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural - PLAGEDER, encontrados no ambiente de ensino, pesquisas na Internet (site de IBGE, Google Acadêmico e LUME), publicações, livros, palestras e atas de reuniões de trabalho.

Os levantamentos de experiência, através de entrevistas individuais com especialistas (técnicos da EMATER de Marau e ESREG de Passo Fundo) e tomadores de decisão das agroindústrias estudadas (dois representantes de cada agroindústria), foram utilizados para reforçar percepções de causa e efeito dos fenômenos observados (YIN, 1994). O tipo de entrevista realizada - semi-estruturada - oferece a possibilidade de o entrevistado alcançar a liberdade e espontaneidade necessária à investigação: ela mantém a presença consciente e atuante do pesquisador e, ao mesmo tempo, permite a relevância da contextualização dos agentes, permitindo a exploração de múltiplas dimensões do fenômeno (TRIVIÑOS, 1987).

Para Triviños (1987), alguns critérios para a seleção de entrevistados em estudos de caso envolvem: i) a antiguidade na comunidade e o envolvimento, desde o começo, com o fenômeno pesquisado; ii) o conhecimento amplo e detalhado das circunstâncias que têm envolvido o fenômeno em análise; iii) a disponibilidade de atender às exigências temporais das entrevistas e; iv) a capacidade para expressar o essencial do fenômeno, de maneira a enriquecer a compreensão do mesmo.

As entrevistas “de profundidade” aplicadas nos estudos de caso foram conduzidas sem um questionário formal, mas a partir de uma entrevista semi-estruturada (APÊNDICE A), no qual o entrevistado pode expressar-se livremente sobre os tópicos abordados, de maneira a evidenciar os fatores implícitos e determinantes no fenômeno estudado (BOYD *et al.*, 1989). Os questionamentos básicos definidos na entrevista semi-estruturada foram apoiados pelas teorias e abordagens que caracterizam o fenômeno estudado (TRIVIÑOS, 1987). Estes foram detalhados no referencial bibliográfico dessa pesquisa.

Foram realizadas diversas visitas às agroindústrias escolhidas, onde nessas visitas foram aplicadas as entrevistas e realizado o reconhecimento das instalações e da localização. De posse das entrevistas foram analisados os dados coletados e separados por tema que passaram a ser descritos e analisados resultando nesse trabalho de pesquisa. Também é importante ressaltar que a coleta dos dados, ou seja, as visitas para aplicação das entrevistas e

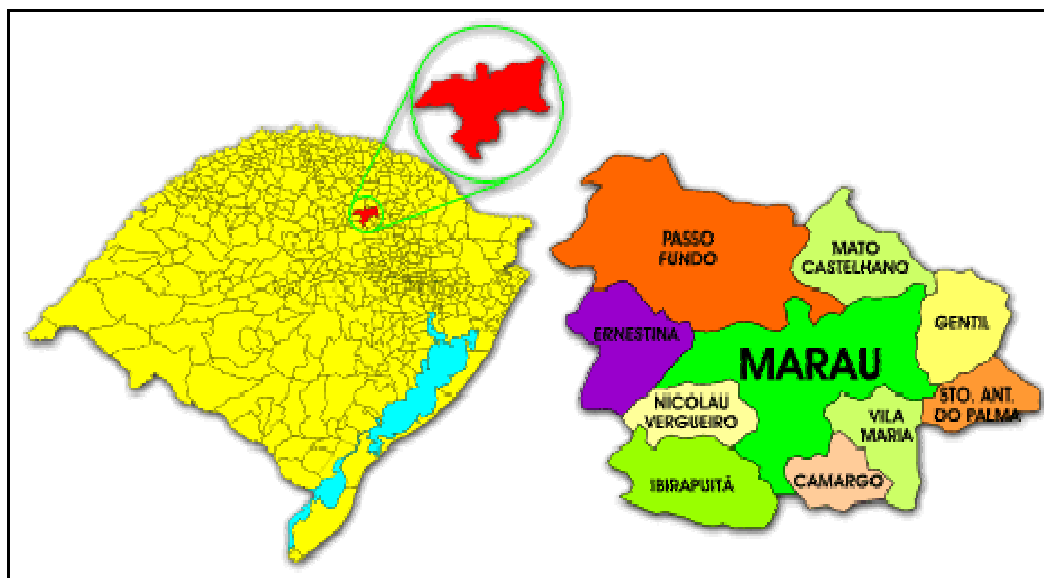
reconhecimento do local foram realizadas durante os meses de março a junho de 2011 e a sistematização dos dados no mês de julho de 2011.



#### 4. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MARAU/RS

Com base nos dados obtidos no site da prefeitura de Marau o município está localizado no Planalto Médio na Região da Produção ao norte do RS conta com Índice de Desenvolvimento Humano <sup>1</sup>IDH: 0,83 está distante 264 km de Porto Alegre. Como principal atividade econômica aparece a indústria que conta com 259 estabelecimentos industriais contra 1055 no ramo comercial, já os prestadores de serviço são 945.

O destaque vai para a economia que é baseada na indústria nos ramos metal-mecânico, alimentício, coureiro e industrial. A agricultura está alicerçada sobre os cultivos de grãos de soja com uma área cultivada de 36000 ha, o milho com 4000 ha e trigo 5000 ha sendo os mais representativos. Dentre as atividades pecuárias destacam-se a avicultura e suinocultura em sistema de integração e bovinos de leite e corte. Os limites municipais assim estão ao Norte: Passo Fundo e Mato Castelhanos ao Sul: Vila Maria, Camargo e Soledade a Leste: Gentil e Santo Antônio do Palma a Oeste: Nicolau Vergueiro ao Noroeste: Ernestina e a Sudoeste: Ibirapuitã (PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU, 2011).



**FIGURA 1:** Localização de Marau no mapa do RS e os limites com outros municípios.  
Fonte: site Prefeitura Municipal de Marau/RS.

<sup>1</sup> O índice representa uma medida que compara diferentes aspectos e seu grau de Desenvolvimento Humano, estabelecendo classificação entre países, estados, municípios ou ainda localidades, considerando a expectativa de vida ao nascer, o produto interno bruto per capita e educação. Desenvolvido em 1990 pelos economistas Amartya Sen e Mahbub ul Haq é também usado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento quando emite seu relatório anual.

Algumas datas importantes para história de Marau: até por volta de 1827 o território fazia parte da província jesuítica denominada de Missões Orientais do Uruguai, formada essencialmente por índios guaranis e coroados. No ano de 1845, o cacique Marau, chefe de um bando de Coroados, é morto em confronto com os brancos às margens de um rio que passa pela zona sul da cidade que passou a ser denominado de rio Marau sendo a origem do nome do município.

No ano de 1904 os descendentes dos imigrantes italianos começam a chegar ao local dando início ao período da colonização de Marau. No ano de 1923 surge o Frigorífico Borella e Cia Ltda. Este passa a representar um marco da indústria marauense, que logo se tornaria fornecedor regional e nacional de produtos processados como salame, presunto, mortadela e banha.

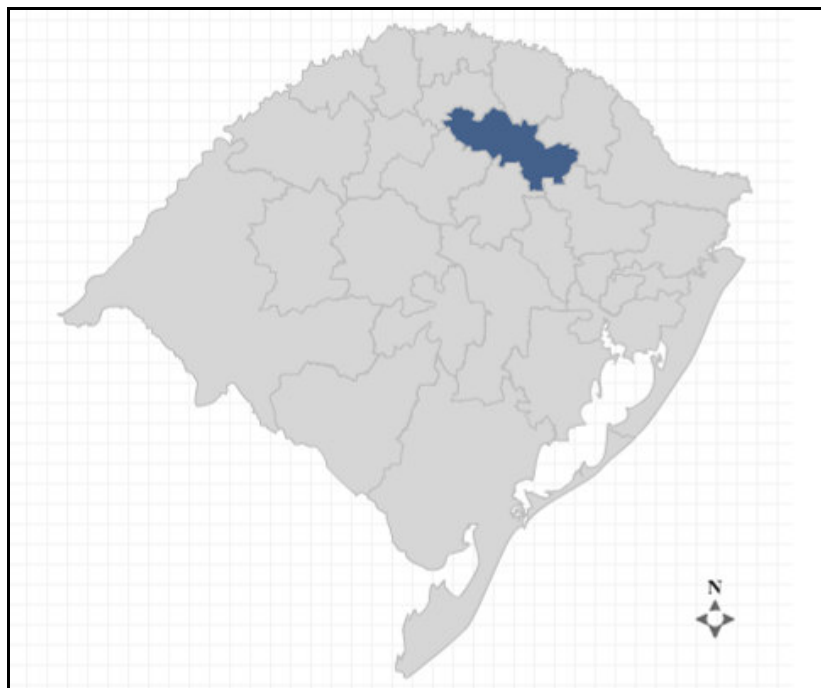
A religiosidade também teve seu papel com a chegada de freis capuchinos em 1934 liderando uma comunidade forte e seu desenvolvimento. E conquista oficialmente em 28 de fevereiro de 1955 o título de município de Marau, torna-se a data comemorativa de seu aniversário (PREFEITURA DE MARAU, 2011).

Com uma população total de 36.383 habitantes onde desse total 4.806 pessoas residem no meio rural que conta com um território de 649,3 km<sup>2</sup> (IBGE, 2010). Dados obtidos junto às agentes de saúde que atuam no meio rural, apontam a existência de 43 localidades e 1359 famílias no meio rural em 2011 (SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011). Número próximo, embora divirja do total levantado pelo censo IBGE, 2010.

Com base em dados da Fundação de Economia e Estatístico-FEE, do ano de 2008, retratando o cenário estadual e a classificação de Marau e sua economia neste contexto do Produto Interno Bruto – PIB total e per capita, estrutura do Valor Adicionado Bruto - VAB e população dos municípios. Marau gerou um PIB de R\$ 1.107.506.000,00 atingindo o 30º lugar com uma participação no total de 0,56% no RS e um PIB *per capita* de R\$ 30.850,00 com classificação de 15º lugar no estado. A estrutura do VAB por segmento apresentava-se com a seguinte participação indústria: 51,71%, os serviços: 38,54% e agropecuária: 9,75% estes dados gerais que oportunamente merecem uma análise interpretativa conjugada com o contexto da pesquisa tem sua importância (FEE, 2011).

Para melhor entender a região geográfica a que pertence Marau esta se encontra organizada em torno do Conselho Regional de Desenvolvimento Produção - CONDEPRO, cujos municípios atualmente fazem parte são: Almirante Tamandaré do Sul, Camargo, Carazinho, Casca, Ciríaco, Coqueiros do Sul, Coxilia, David Canabarro, Ernestina, Gentil, Marau, Mato Castelhana, Muliterno, Nova Alvorada, Passo Fundo, Pontão, Santo Antônio do

Palma, Santo Antônio do Planalto, São Domingos do Sul, Vanini e Vila Maria (CONDEPRO, 2011) Pode-se observar essa região na FIGURA 2, abaixo.



**FIGURA 2:** Mapa Estado do Rio Grande do Sul, no detalhe Região Condepro  
Fonte: FEE, 2011.

## 5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados a serem apresentados derivam das pesquisas de campo conforme a metodologia prévia. Foram pesquisadas quatro agroindústrias, identificadas da seguinte forma: i) Agroindústria Leite Informal (ALI); ii) Agroindústria Leite Formal (ALF); iii) Agroindústria Embutidos Informal (AEI), iv) Agroindústria Embutidos Formal (AEF).

Após descrição dos resultados das Agroindústrias Familiares em atividade será feito um resgate das razões que levaram ao fechamento de outros estabelecimentos no passado, bem como a colaboração de pessoas chave que atuam neste segmento em nível local. As questões serão agrupadas por tema de modo avançar sobre cada aspecto explorado na pesquisa.

No que se refere ao tipo de agroindústria, todos os representantes defendem que suas agroindústrias são de natureza familiar. Os entrevistados indicam que o trabalho é realizado, quase que exclusivamente, pela família. Porém, no caso das agroindústrias processadoras de embutidos, eventualmente, são contratados diaristas para auxiliar no dia de abate e processamento que ocorre em uma delas semanalmente e na outra quinzenalmente.

O QUADRO 1 sintetiza as principais características das agroindústrias consideradas nos estudos de caso.

**QUADRO 1:** Síntese das principais características das agroindústrias estudadas.

Agroindústria	Caracterização da família: sexo/idade	Área total da propriedade	Atividades primárias ou outras que geram renda	Produtos da Agroindústria	Quanto tempo processa	Desde quando legalizada	Volume que processa média mês matéria prima.	Renda % oriunda da AFR / renda total
ALI	Homem – 49 Mulher – 48  Filho – 15	32 ha	Leite 12 vacas Suínos 40cab/ano Milho 3 há; Soja 25 há; Miudezas*	Queijo Manteiga  Puina	20 anos	Informal	3000 litros de leite	40%
ALF	Homem – 43 Mulher – 43 Filho -16	26,6ha	Leite 15 vacas Milho 4ha Soja 15Ha	Queijo colonial Minas frescal Iogurte Bebida láctea Ricota (Puina)	3 anos	Legalizada desde 29/10/09, ou seja, menos de 2 anos	8000 litros de leite	80%
AEI	Homem -49 Mulher-53 Neto - 14	4,8 ha	Leite 12 vacas Milho 2ha	Salame, Banha, Torresmo, Morcilia	15 anos	Informal	Abate 5 cabeças	50%
AEF**	Homem- 56 Mulher- 47 Filha -23  Filho -17 Filho – 15	24ha	Soja 33ha Milho 5ha Turismo Rural***	Salame Banha Torresmo  Morcilia Cudeguin	19 anos	Legalizada 1995, ou seja, há 16 anos	Abate 30 cabeças	30%
	Homen -53 Irmã -49	24ha		Queijo de porco Costela (Corte)				

Fonte: Dados da pesquisa (2011).

\*Produtos com excedentes comercializados: Cebola, feijão, amendoim, mandioca e frutas.

\*\*Explorada por duas famílias em modo de sociedade.

\*\*\*Oferece o serviço de restaurante com comida típica italiana.

De fato, os dados detalhados no QUADRO 1 deixam claro que as agroindústrias estudadas são de fato de agricultores familiares, conforme os critérios da lei 11.326, que trata da agricultura familiar (BRASIL, 2006) explorando diferentes culturas e criações típicas locais. Em especial, podemos verificar que as propriedades têm algumas variações quanto ao tamanho: três delas muito semelhantes, e uma, com menor área tendo resultado uma média de 22,28ha (calculada sobre número de cinco famílias) o que fica muito próximo dos 21,9ha da média municipal para agricultura familiar. É interessante esclarecer que a agroindústria assentada sobre a área de apenas 4,8ha ressurte-se desse limite, para a exploração de culturas tradicionais: o investimento em uma agroindústria surge como uma opção de geração de renda e sobrevivência no campo e permanência no meio rural.

Também é relevante ressaltar que, além das atividades de processamento agroindustrial, outras atividades de produção fazem parte da rotina familiar, principalmente aquelas vinculadas à produção de matéria-prima.

A idade média dos casais está entre 43 e 56 anos com filhos na propriedade exceto uma que tem um neto apenas que mora com a família e ajuda no trabalho.

Quanto à importância que a AFR representa para a geração de renda ocorrem variações significativas: em alguns casos consideráveis esse aporte é de grande importância, variando de 30 a 80% da renda total da família.

Outro aspecto interessante é relacionado ao tempo que as AFRs, hoje formais, levaram para se legalizar: duas delas permanecem a mais de 15 anos na informalidade e as outras duas demoraram de 1 a 3 anos para se formalizarem.

Também cabe observar as seguintes peculiaridades na caracterização dos estabelecimentos: ambas nas agroindústrias processadoras de derivados do leite, toda a matéria-prima é oriunda da própria propriedade e a própria família produz e processa os produtos; já no caso das agroindústrias processadoras de derivados de carne suína, observa-se que ambas dependem de fornecedores externos de matéria prima. A AEI produz 40% de suas necessidades de matéria-prima na propriedade e o restante é fornecido por vizinhos: a propriedade não tem área de terra suficiente para produzir alimento suficiente para aumentar a criação. Enquanto que a AEF adquire todo o suíno de que necessita de um integrador vertical especializado: para os responsáveis por esse estabelecimento, não é viável manter a criação por questões de disponibilidade de mão-de-obra e pouco retorno financeiro da atividade (embora no passado a família, tenha sido tradicional na atividade de suinocultura).

Outro fator apurado diz respeito à alegação dos representantes da ALF de que a qualidade e padrão de seus produtos (queijo e iogurte em especial) não poderiam ser mantidos caso tivessem que receber a matéria prima de fora da propriedade. Para esses tomadores de decisão, uma qualidade do leite acima da média<sup>2</sup> pode ser obtida a partir do controle dos fatores como genética do rebanho (vacas Jersey), a alimentação, o uso de homeopatia, o nível de controle e higiene da ordenha contribuem para a qualidade.

Além disso, os representantes da ALF informam que obtém rendimento 40% superior as indústrias locais no que tange a produção de queijo atribuindo resultado positivo a

---

<sup>2</sup> Entre maio de 2010 e junho de 2011 foram realizadas 10 análises do leite ordenhado com uma média de 352 mil células somáticas/ml e 76 mil UFC/ml, o que indica uma matéria-prima dentro dos padrões de qualidade estabelecidos pela Instrução Normativa 51 (BRASIL, 2002) do ministério da agricultura para julho de 2011 – o que é excepcional para o padrão de qualidade usual dos fornecedores de leite para agroindústrias com SIF no estado do RS (VIANA et al., 2002 ; ROSA & QUEIROZ, 2007).

qualidade da matéria prima: em média a cada 7 litros de leite é possível produzir 1 kg de queijo - o que lhe confere um diferencial competitivo. De fato, o rendimento declarado na ALI é de 10 litros de leite para produzir 1 kg de queijo.

A respeito de outro fator relacionado à qualidade da matéria prima, e sua relação com aspectos processuais, o representante da AEI comenta que o diferencial do seu produto depende tanto de uma receita caseira (de salame) e a compra de suínos tipo carne – oriundos de sua propriedade e de vizinhos. Os animais preferidos para o abate são aqueles de maior porte: um animal com 300 kg de peso rende aproximadamente 120kg de massa de salame ao invés de 3 suínos com 100kg de peso renderiam ao redor de 90kg de massa. Esse diferencial de rendimento, associado à facilidade de abater apenas um animal (ao invés de três) se ajustam aos limites de sua capacidade processual e melhora o retorno econômico. Por sua vez, o gerente da AEF, que adquire 100% das suas necessidades de matéria prima, considera seu fornecedor de suínos idôneo com boa qualidade das carcaças (com um peso médio de 120kg por animal) – o que lhe permite manter, sempre, a qualidade desejada nos seus produtos.

Para uma AFR estar formalizada é exigido o atendimento a uma série de normas e requisitos legais de várias ordens:

A **vigilância sanitária do município** deve emitir, anualmente, um alvará de autorização de funcionamento do estabelecimento. O município tem lei específica que permite que o mesmo possa realizar o serviço de inspeção, denominado SIM - Serviço de Inspeção Municipal - são fiscalizadas por um médico veterinário, contratado por prestação de serviços e vinculado a Secretária Municipal de Agricultura. Ambas as agroindústrias formais são atendidas pelo serviço;

O representante da AEF comenta que teve inúmeros problemas com os fiscais da vigilância na época de início das atividades, inclusive teve o estabelecimento interdito: *“Estava cheio de dívidas e queria trabalhar, pois não tinha da onde tirar o dinheiro para pagar as prestações.”* referindo-se a: prédio, equipamentos e demais investimentos. Resultou com o fechamento e lacre nas portas, assim: *“... fiquei com estabelecimento fechado por 60 dias. Passei por momentos muito difíceis.”* Sobre esse tempo resume da forma como eram tratados, ao seu ver, todos que tinham alguma forma de processamento em nível de propriedade rural: *“Um período muito difícil eles vinham autuar e cobrando, num vinham orientar”* Ao retornar aos dias atuais, diz que mudou muito e: *“Hoje é bem diferente eles vem dizem o que precisa fazer para melhorar, é bom, e eu entendo que é certo o que pedem”*. Diz em tom aliviado e satisfeito.

Por se tratar de estabelecimento com potencial poluidor se faz necessária a **licença ambiental** para estes tipos de estabelecimentos. Neste assunto, encontramos algumas restrições e apontamentos por parte dos entrevistados. A ALF na data da visita estava com a licença vencida e mesmo com a mesma encaminhada com boa antecedência no órgão municipal licenciador, encontrou certa dificuldade em obter o documento. Aponta os motivos a grande exigência em análises e laudos necessários para conseguir, inclusive responsável técnico sobre os efluentes - o representante dessa agroindústria entende que as exigências requeridas são as mesmas para grandes estabelecimentos, não as achando justas. Mesmo assim diz-se tranquilo, pois está com todas as cópias e protocolos de entrega em mãos atendendo o que foi exigido, apenas aguardando expedição/renovação da licença.

Essa agroindústria parece não ser única a enfrentar problemas relacionados com as normas de impacto ambiental. O tomador de decisão da AEF expôs que há dois anos foi autuada pelo Policiamento Ambiental - PATRAN, justamente pela falta de licença ambiental. *“Tomei um susto, porque nem sabia que era necessário. A multa foi por denúncia e eles vieram”*. O inconformismo vem da explicação, diz-se pego de surpresa, pois como expõe, *“... há tanto tempo trabalhando [14 anos se considerar período de formalização], nunca ninguém havia falado que precisava licença ambiental, nem na época que iniciei. Foi o próprio município que orientou fez projeto e liberou. Naquela época não tinha essa lei e de repente sou multado, sem saber”*. Fato este explicado inclusive à juíza que compreendeu a situação e permitiu prazo para regularização, atualmente sendo providenciada para ficar de acordo com a lei. Precisou fazer ajustes ao estabelecimento, reunir vários documentos e projeto de licenciamento. Encaminhando pedido ao departamento de meio ambiente municipal. *“Se eu soubesse eu teria ido atrás antes pra fazer. Gosto das coisas certas”*. Acredita que em breve estará com a licença. Pondera ainda sobre o assunto: *“O meio ambiente, que seja mais sensível, principalmente sobre as agroindústrias já instaladas”*. O que demonstra, de certa forma, o nível de exigências feitas pelo órgão.

No que se refere a atender a **exigências fiscais/tributárias** das AFRs estudadas uma possui microempresa - assinalam os proprietários desta que os tributos são “muito pesados” e encarece os custos, pois além dos impostos, tem despesas com escritório. Já na outra, legalizada com bloco modelo XV pelo programa estadual Sabor Gaúcho, os proprietários consideram um grande incentivo do governo fazer a venda por meio desse, *“custa pouco e da pra fazer tudo em casa”*. Ambos, estabelecimentos informais não emitem nenhum tipo de nota, alegam que não precisam especialmente pelo tipo de venda *“ser em quantidade feita em casa e os clientes por serem em sua ampla maioria consumidores, por isso, não pedem nota”*.



No que se refere às agroindústrias informais, observou-se que estes aspectos, ainda parecem distantes do seu dia a dia. Demonstraram ter algum conhecimento, porém impreciso sobre as exigências sanitárias, fiscais, ambientais e de inspeção.

Quando perguntadas sobre como aprenderam a arte de fazer o processamento todas apontam que o início vem da herança da família de geração para geração, de modo artesanal. É época em que era apenas para subsistência.

A motivação/necessidade de tornar o conhecimento prático (fabricação caseira artesanal) transformar-se em um negócio teve as seguintes vinculações, apontadas pelos entrevistados:

O entrevistado da ALI diz ter sido própria iniciativa e decisão da família.

O representante da ALF diz que toda a iniciativa foi da família, comenta que em uma palestra que participou na Universidade de Passo Fundo - UPF, ouviu um professor falar sobre a qualidade do leite e o que poderia render a mais leite de boa qualidade para indústria. Ao chegar em casa conversou com a esposa e fizeram o teste prático de rendimento o que os surpreendeu [ já mencionado rendimento obtido]. Sabia pelas análises que seu produto era diferenciado, procurou inicialmente exigir, preço justo, justificando as razões – *melhor preço pela qualidade* - da diretoria da cooperativa onde entregava seu leite, o que chegou a acontecer, contudo, por pouco tempo. Deixava a família descontente por ver o leite ser misturado com outros de baixa qualidade e ganharem todos, mesmo preço. Fez referência a EMATER que apoiou a idéia desde o início, ajudando em todo processo desde projeto até a legalização.

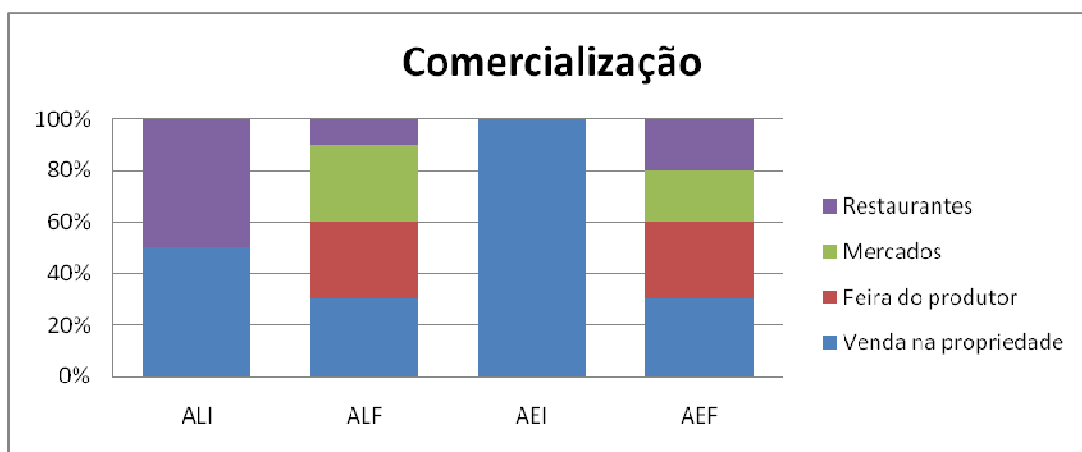
O dono da AEI já parece que mais por uma necessidade de buscar uma alternativa de renda condicionada por questões de saúde de um dos membros da família, agravado ainda por um derrame, teria recebido como orientação médica que não deveria se expor ao sol de modo algum. O que se tornava muito difícil conciliar com as atividades agropecuárias. Assim expressado. *“O problema começou porque o meu marido tinha problema de pressão não podia ir trabalhar na lavoura e daí começamos nesse ramo pra se manter né”*. Acrescenta *“Ele num podia né (...) ele é diabético, tem colesterol, triglicerídeos”*.

O tomador de decisões da AEF aponta que o incentivador foi um irmão que residia em Passo Fundo/RS, no início comprava parte dos produtos pra ajudar. A família passava por inúmeras dificuldades financeiras naquela época: pouca terra, baixos preços dos produtos e pouco rendimento da lavoura e das criações. *“Tinha que dar um jeito, tava bem difícil”*. O começo foi tudo por conta da família.

Quanto a cursos os representantes das três AFRs apontam a EMATER como referência em cursos e duas destas inclusive teve pessoas da família capacitadas em cursos

específicos de processamento artesanal para agroindústrias. Verificou-se que são estas pessoas que melhor conhecem todas as etapas do processo de fabricação. Os cursos eram de 5 dias no Centro de Treinamento da EMATER/RS. Uma destas ainda fez curso na Universidade de Passo Fundo UPF. A outra família da AEI diz que sempre seguiu a receita tradicional da família diz “*Aprendizado com o pai usando: sal, pimenta a gosto, vinagre e alho, não querem comprar aquele produto pronto com conservante, já vendemos bem, é colonial*”. Busca melhorar “por conta”, nunca tendo procurado cursos.

O GRÁFICO 1, ilustra o local de comercialização dos produtos das agroindústrias pesquisadas:



**GRÁFICO 1:** Comercialização dos produtos das agroindústrias pesquisadas.

**Fonte:** Dados da pesquisa ( 2011)

Esses dados deixam claro que os caminhos da produção parecem ser definidos pelo aspecto da formalidade ou informalidade. Ambas as agroindústrias formais apresentam pelo menos quatro canais para escoar a sua produção. Ao passo que as informais restringem a um ou dois, compreendido, por ser um produto que não pode ser encontrado em estabelecimentos fiscalizados.

No geral ao considerar os dados de todas as AFRs, assume vantagem as vendas na propriedade presentes em todos os estabelecimentos e que embora não quantificada por volume de venda representa expressivo contato direto e proximidade entre o consumidor e as famílias (com a visualização do modo de fazer).

Na ALI a venda se divide, basicamente, em a metade na propriedade e outro tanto em restaurantes, assim consegue dar destino a produção.

A ALF apresenta bom equilíbrio de seus pontos de venda (em torno de 30% das vendas na propriedade, 30% na feira do produtor, 30% em mercados e 10% em restaurantes)

e, todos esses canais são considerados importantes, pois o dono argumenta que pela feira do produtor teve seu produto rapidamente conhecido, “fazendo o nome” e assim os mercados e restaurantes começaram a pedir, bem como aumentou a procura a nível de propriedade.

A opção de venda na propriedade é a estratégia do tomador de decisão na AEI que afirma: *“Quem quer, vem buscar aqui, num se leva pra ninguém”*. *“A gente tem os consumidor que vem buscar aqui. Lá na cidade tem que ter rótulo o que não temos”*. Apresentando uma barreira da informalidade. Em seguida esse agente argumenta que não teriam condições de ampliar as vendas em virtude das instalações e equipamentos disponíveis e, em especial, por que as demandas de mão de obra aumentariam e isto parece não fazer parte dos planos da família sendo, praticamente, este formato o limite da capacidade dos membros da família.

As vias de comercialização da AEF envolvem canais diversos de comercialização (em torno de 30% das vendas são feitas na feira do produtor, 30% comercializado na propriedade, 20% em mercados e 20% em restaurantes). O gerente informa que não tem problemas com a comercialização pelo volume que processa atualmente, contudo se fosse produzir mais teria que buscar novos mercados fora do município o que não seria possível pela inspeção municipal, alega.

Foram verificados preços diferentes praticados para os mesmos itens nas diferentes agroindústrias e algumas observações são pertinentes para esclarecer o que isso representa para a ALF o seu produto, o queijo colonial - cujo preço está em uma faixa um pouco abaixo do mercado, porém acima do preço de repasse da indústria para os mercados, considerando o similar industrial. O gerente justifica que o produto é procurado e *“não tem que chega, para atender a demanda”*, ainda aponta que seus consumidores são de um poder aquisitivo melhor. E sinaliza que *“os clandestinos”* vendem com preço mais baixo. Já a ALI vende o queijo, seu produto principal, por um preço que considera bom embora menor que o da ALF em 30% alegando que os restaurantes principalmente, *“exploram”* e não querem pagar mais porque *“não tem rótulo”*.

No caso dos embutidos a situação é bem semelhante: a AEF consegue cerca de 25% a mais no preço final quando comparada a AEI. A agroindústria formalizada vende seus produtos a preços diferenciados e acesso a consumidores de diferentes níveis de poder aquisitivo.

## 5.1 LOCALIZAÇÃO DAS AGROINDÚSTRIAS E SEUS INVESTIMENTOS.

A localização da ALI está em peça anexa a casa com revestimento de lajotas tendo recebido investimentos recentes. Entre obras e equipamentos foram gastos R\$10.000,00 com área destinada ao processamento de 16 m<sup>2</sup> que abriga em seu interior ainda resfriador apenas a maturação dos queijos é em balcão frigorífico fora deste espaço. A mulher que realiza o trabalho no seu interior considera o espaço suficiente e prático. O espaço é “*bom de lidar, fácil pra lavar*”. Ainda se referindo aos custos e resultados na visão da família afirmam – “*A gente gasta a comida pra vaca*”.

Abaixo podemos visualizar a Câmara Fria da ALI, usada para maturação dos queijos.



**FIGURA 3:** Câmara Fria da ALI -usada para maturação dos queijos  
Fonte: Elaborado pelo autor (2011)

A ALF tem prédio próprio e específico para processamento com projeto de acordo com as normas de legalização para o Sistema de Inspeção Municipal-SIM, com fluxos definidos de modo a facilitar o trabalho o processamento ocorre em espaço de 48m<sup>2</sup> de construção, está segundo proprietário, projetada para processar até 1000 lts de leite por dia. Os investimentos feitos na atividade leite iniciados em 2008 e concluídos em 2010 foram de R\$ 186.000,00. Incluem agroindústria com equipamentos, vestiário, banheiro, escritório, computador, sala de ordenha equipada (ordenhadeira e resfriador) e galpão de alimentação.

Pode-se visualizar parte da estrutura na FIGURA 4, abaixo.



**FIGURA 4:** Vista da estrutura da ALF, em tarde de campo realizada em 07/10/10.  
**Fonte:** arquivo pessoal.

Quanto a AEI usa uma “casinha de madeira” com varanda aberta em chão batido para realizar as atividades de processamento com área de 35m<sup>2</sup> segundo a família, diz a mulher “*espaço é suficiente da pra fazer o que a gente precisa*” atendendo as necessidades de espaço para realizar os trabalhos, este mesmo local serve para primeira cura com fumaça para o salame, produto principal em seguida são levados para maturação e cura final no porão da casa que é também o varejo de venda dos produtos. Não realizaram nenhum tipo de investimento em obras e outros equipamentos nos últimos anos voltados para o processamento.

Na FIGURA 5 podemos observar o porão da casa onde os salames ficam durante o tempo de maturação.



**FIGURA 5:** Porão da casa AEI, local de cura do salame e varejo.  
**Fonte:** Arquivo pessoal

No caso da AEF o local de processamento é próximo a casa em prédio separado específico pra este fim atende as normas de inspeção do SIM, com área de 118m<sup>2</sup> de prédio em termos de espaço físico é suficiente. O dono afirma que em função do tempo de uso (16anos atualmente) necessitaria de reformas e melhorias, embora estas não representam riscos a manipulação dos produtos, pretende fazê-las tão logo consiga pagar outro investimento realizado na propriedade, referindo-se ao restaurante colonial que recebe turistas e grupos.

Abaixo FIGURA 6, representando o local de cura do salame da AEF.



**FIGURA 6:** AEF-Local de cura do salame e varejo aos visitantes.  
**Fonte:** Arquivo pessoal



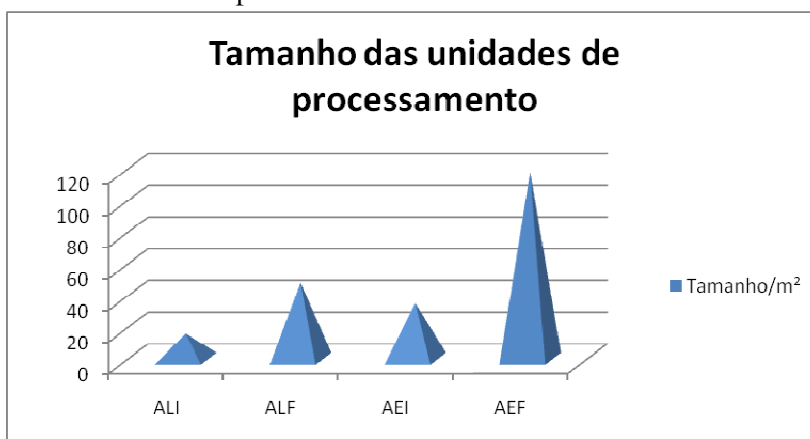
A AEF possuiu um restaurante colonial, pode-se observar na FIGURA 7.



**FIGURA 7:** Restaurante colonial onde são servidos produtos da AEF  
**Fonte:** Arquivo Pessoal (2011)

O tamanho das agroindústrias encontrado foi variável com situações diversas de estrutura como já mencionado, o que cabe ressaltar que todas entendem que o espaço é suficiente para realizar o trabalho (desconsiderando aspectos sanitários) das quais pelas normas vigentes possivelmente apenas as formais estariam de acordo.

O GRÁFICO 2 abaixo representa o tamanho em m<sup>2</sup> das AFRs estudadas.



**GRÁFICO 2:** Tamanho das unidades de processamento.  
**Fonte:** Dados da Pesquisa (2011).

Segundo os dados do IBGE/Sidra (2006) em Marau, conforme Censo Agropecuário existiriam 30 estabelecimentos ou propriedades rurais que produzem produtos beneficiados ou processados para auto consumo e/ou para exploração econômica. No estado do RS dados da Secretaria de Desenvolvimento Rural e Cooperativismo apontam um total de 8.160

agroindústrias familiares e que destas apenas 560 estariam formalizadas (SDR- RS, 2011).

Quando questionados sobre **apoio técnico** recebido para a atividade de processamento/ gestão/ comercialização as agroindústrias informais responderam não receber nenhum tipo de acompanhamento. Já as agroindústrias formais: uma diz que faz tudo por conta sem apoio técnico no processo da transformação; a outra aponta três entidades técnicas orientando na propriedade sendo elas: EMATER, SEBRAE e EMBRAPA. Participam prestando assistência técnica.

Quanto ao **acesso a crédito** oficial para investimentos na agroindústria, os donos das ALI e AEI informaram não ter acessado recursos de bancos ou outras fontes para a atividade de processamento. No caso da ALF, o entrevistado informou ter usado para investimento recursos do Mais Alimento (Programa federal em que os agricultores familiares podem acessar recursos entre outras atividades para agroindústrias com juros de 2% ao ano e prazo de até 10 anos para pagamento) parte para construção e equipamentos usando desta fonte o equivalente a 32% do total investido. O gerente da AEF diz ter sido beneficiado na forma de financiamento com recursos públicos do Fundo Municipal Agropecuário (Prefeitura Marau) uma única vez utilizou os mesmos para aquisição de equipamentos para agroindústria, considerou muito importante pela forma de pagamento ser semestral e sem juros o que facilitou os pagamentos das prestações.

A **distribuição do trabalho** nas agroindústrias estudadas na atividade do leite, a mulher assume todo o processo de fabricação dos derivados deste, permanecendo no espaço reservado para processamento 6 horas/dia na ALF e 3 horas/dia na ALI, ainda fazem as ordenhas por mais 4 horas diárias com ajuda do homem e/ou filho. Estes últimos por sua vez ajudam eventualmente com retirada e destino de soro, embalagem, e comercialização além de serem mais responsáveis no manejo dos animais e outros serviços da propriedade (em especial as lavouras) os jovens dedicam-se aos estudos meio dia. Nas agroindústrias de embutidos as mulheres dividem de igual forma o trabalho com os homens em todas as etapas do processamento, gestão e da comercialização.

Ao serem abordadas sobre questões referentes a principais problemas tecnológicos, mercadológicos e de gestão enfrentados pelas agroindústrias familiares os entrevistados expõem que para as informais esbarram na fiscalização e justifica inviável investir. Pretende apoiar o filho que ainda está em casa se no futuro este quiser dar segmento à atividade na agroindústria este vai ajudar.



“A venda deveria ser liberada para outras cidades mesmo com inspeção do SIM”, sugere o proprietário da AEF, “tem mercado enorme fora”, argumenta que se não faz mal para a população de um município não faria para de outro vizinho. Quando clientes vão buscar na propriedade e irão para outros municípios, “*para evitar complicação*”, realiza a venda, para quem quiser, sem rótulo. Outra dificuldade apontada está em conseguir investir em máquinas que ajudariam no rendimento dos serviços. Ter outro meio de atender a questão tributária que não fosse por empresa devido a carga tributária. Falta de oportunidade: “*Não quero privilégio, eu quero igualdade pra todos. Eu quero que tenha oportunidade pra nós trabalhar pra nós deixa as nossas pessoas, as nossas famílias aqui, vivendo aqui, trabalhando aqui e dando continuidade. (...) Eu não queria ver isso aqui esmorecer: isso aqui passou de pai pra filho eu sou a pessoa que mais luto pra dar continuidade pra isso aqui*” (Gerente de AEF).

No caso da AEI dizem-se satisfeitos de como está e sua dificuldade está em dar continuidade por questões de saúde.

No caso da ALF, indica os seguintes fatores como desafios para as AFRs o conhecimento é fundamental, uma das maiores dificuldades está no gerenciamento, a falta de informações por parte dos agricultores das diversas leis e exigências para então, colocar um produto no mercado, com rótulo.

Ao serem questionadas sobre as **vantagens da formalização** as agroindústrias informais compreendem que a legalização estaria contribuindo com a venda, uma vez que poderiam colocar seus produtos no mercado na cidade e assim as vendas aumentariam, se as leis permitissem com espaço menor seria mais fácil. Para as agroindústrias formais a legalização não é mais um problema e sim ajuda, pois a colaboração orientação ajuda a melhorar. Os subsídios com a venda por bloco de produtor, a mão de obra da família. A venda direta evita de 4 a 5 atravessadores no caso do leite: caminhão do leite, posto de recebimento, indústria, distribuidor, mercado até o consumidor. Quando a agroindústria está legalizada oferece tranquilidade no dia a dia para se trabalhar, além de não precisar esconder-se de ninguém.

Os **entraves relacionados à formalização** na visão das famílias rurais proprietárias de agroindústrias são os seguintes:

Para a ALI pela experiência que teve conhecendo uma agroindústria, o tamanho da agroindústria e os equipamentos custam muito. Inviabiliza no seu entendimento, pois não teria recursos bem como o retorno dos investimentos levariam longo prazo. Na visão da ALF a questão ambiental também preocupa considerando a maior dificuldade. Interpreta os atuais parâmetros e exigências aplicadas sobre as AFR de pequeno porte incompatíveis com o

resíduo que geram. Está de acordo que se faça controles, não pode contaminar o meio ambiente, porém dentro da realidade para cada caso. Exemplificou o seu caso, onde precisou deixar um recipiente coletando água do sistema de tratamento de efluentes muitas horas, para atingir 2 litros de volume necessário para análise. Diferente de uma grande que devolve grande quantidade de efluentes para o rio.

Já para a AEI os obstáculos maiores seriam as exigências de prédios e equipamentos, ou seja, os investimentos altos e não teriam mão de obra para daí ampliar e dar continuidade. No que se refere a este mesmo assunto para a AEF o seu maior entrave está na questão tributária hoje, e quanto as licenças ambientais. Defendendo seu ponto de vista não concorda que os critérios de licenciamento se apresentem com igual teor de exigências para as antigas AFR, por não terem sido preparadas para a lei do que as novas que já conhecem antes de construir.

Ao cabo das conversas com proprietários das 4 agroindústrias deixava-se o espaço para as famílias comentarem sobre nível de satisfação com o trabalho que fazem e continuidade (filhos) das atividades relacionadas a agroindústrias e colhemos as seguintes frases

ALI- *“Eu faço porque gosto de fazer o queijo.” Se os filhos quiserem continuar, vamos ajudar/investir”.*

AEF- *“O que os meus filhos têm interesse da família trabalhar unida sempre com sociedade da família... sempre tivemos boa orientação dos pais. [Valores intergeracionais herdados, ou seja, entre as gerações] Se eu oferecesse uma casa na cidade hoje, eles não vão! Minha filha fez faculdade, teve tantas oportunidades até pra sair de casa e ela não saiu ainda ela se sente segura trabalhando com nós aqui. Hoje eu num colocaria nenhum filho meu fora daqui. É um trabalho que eles gostam participam das decisões”.*

Sobre a gestão e manutenção das atividades: *“Se nos deixar da agroindústria vai cair o rendimento no restaurante. A lavoura você depende muito lá de cima [referindo-se ao clima] aqui não. Na verdade teria que tirar o dinheiro da lavoura para sobreviver daí a lavoura também cairia. Essas três coisas caíram bem pra nós, uma puxa a outra”.*

ALF- *“Trabalho dá, mas a gente tava conversando eu e o guri, também o que mudou não se compara. [Referindo-se ao antes e depois da agroindústria] Tanto a parte financeira tanto parte visual. Do conhecimento. Daí eu pedi pra ele: Você quer seguir ou voltar? Tá loco ele me disse, num tem como voltar”.* Outra expressão que exprime o desejo de melhorar o que está fazendo. *“Hoje ta com sucesso é bom e a gente pretende cada vez melhorar mais, a satisfação do nosso cliente é também a nossa satisfação”.*

AEI - Não vêem perspectiva futura para continuar nem mesmo investir. Relacionando com as razões da idade e problemas de saúde, fazem pela necessidade/oportunidade. A mulher sinaliza “*Se fosse por mim eu já teria parado*”.

## 5.2 ENTENDENDO OS EMPREENDIMENTOS QUE FECHARAM

Neste trecho serão apresentados os resultados obtidos com as entrevistas com gestores das duas agroindústrias que interromperam as suas atividades assim denominadas figurativamente. Agroindústria Embutidos C (AEC) e Agroindústria Leite D (ALD). As perguntas foram minimamente reformuladas mantendo-se a base com foco a conhecer o que prejudicou a continuidade da atividade. Representando cada uma em separado para obter melhor histórico e levantar de forma mais objetiva as razões primárias que nestes casos, ocasionaram seu fechamento.

Para o caso da AEC sua caracterização dava-se da seguinte forma: Tratava-se de um grupo organizado em associação de 5 famílias, com histórico anterior associativo com trabalho de máquinas agrícolas. Os trabalhos na agroindústria eram todos realizadas pelos sócios normalmente com a presença de 4 homens e duas mulheres, não tinham pessoas contratadas sendo de caráter associativo familiar. O começo das atividades foi no ano de 2000 e manteve-se em funcionamento até 2006. Obtiveram legalização pelo SIM sendo considerada uma agroindústria formal. O conhecimento sobre processamento partiu de um dois sócios que já processava de modo informal, embora logo em seguida duas pessoas foram fazer cursos na UPF. Como aspectos positivos da época citaram apoio institucional da prefeitura e EMATER, facilitou muito. Os produtos produzidos eram o salame, a banha, costela, ossinho, pernil sendo estes os principais. Da origem da matéria prima esta era 25% própria dos associados e o restante vinha de terceiros. Recebiam acompanhamento técnico da EMATER e da prefeitura, buscaram financiamento para os investimentos junto a bancos com recursos do PRONAF. A comercialização se dava por meio da feira do produtor 30%; venda direta consumidor final 15% e mercados com 55% das vendas. As mulheres participavam da limpeza e do processamento. Homens coordenavam a gestão, embora sem um líder específico todos pudessem comprar a matéria prima o que não era bom “*as coisas ficavam meio a vontade, ia como dava.*”

Quanto aos produtos produzidos apresentavam boa qualidade e boa aceitação pelos consumidores tava tudo em ordem. Ao ser questionado sobre a remuneração e viabilidade responderam que ainda não tava dando lucro, pois só haviam pago os investimentos até aí. No momento que estava tudo pago, os sócios se retiraram. O local era adequado embora apontou que não foi uma boa escolha fazer em terreno particular, o sócio proprietário achava-se com mais direitos que os demais. O dimensionamento estava super estimado com área de 204m<sup>2</sup>, onde bastaria na visão do sócio, metade do espaço. Ao ser questionado sobre o que de fato teria sido a causa primária de seu fechamento remete a gestão e ao fato do grupo não entender das responsabilidades de cada um: *“no grupo é ruim porque cada um puxa pro seu lado”*. Coisas simples como não cumpriam horários, não tinha nada no papel como devia funcionar aí cada um fazia do seu jeito, alguns sócios pelas outras atividades realizadas a nível de propriedade, não tinham mão-de-obra suficiente. Acredita que se fosse de um proprietário somente teria dado certo. Novamente reforça o que o dimensionamento da estrutura física e equipamentos, foi maior que a necessidade, *“com metade faria tranquilo”*. Indicando que havia certo limite da comercialização “mercado era pouco.” Procurando sintetizar com algumas palavras os achados deste contexto aponta-se: Planejamento (equivoco na escolha do local para construção); estudo de mercado e viabilidade econômica (tamanho da construção); Gestão e organização associativa (regras claras).

Para a agroindústria de leite D (ALD) tratava-se de uma agroindústria informal familiar somente a mulher dedicava-se exclusivamente a atividade o homem tinha trabalho fora da propriedade, ajudava um pouco no trabalho com os animais. Os produtos que comercializava eram o leite in natura e o queijo. O aprendizado para o processamento veio da mãe, e fez dessa um complemento da renda familiar por 14 anos, deixou da atividade há dois anos. A comercialização era direta ao consumidor que pegavam na propriedade ou no caso de leite este era entregue nas casas em média para 10 famílias. Nunca fez cursos, eventualmente tirava as dúvidas com veterinário que dava assistência ao rebanho. Propriedade com 4,8 ha, praticamente toda dedicada ao leite, fazia por uma necessidade mesmo, para garantir uma renda a mais, não gostava porque era muito trabalhoso. Não via como atividade a ser dada continuidade por isso nunca procurou para legalizar, se fosse investir, faria outra coisa. O ambiente de processamento era na cozinha e em seguida o queijo ia para o porão para maturar. A mulher participava de tudo e ocupava cerca de 4 horas diariamente para todas as tarefas que envolviam o leite e processamento. Os motivos que levaram a desistir: a mulher passou a ter dor nos braços, com agravamento, fez cirurgia. O marido não conseguia atender a atividade pouco tempo, este também não gostava dos serviços do leite, da mesma forma as

filhas. A ordenha era manual o que originou segundo médico os problemas de saúde. Muito compromisso não dava pra sair de casa. Diminuiu os animais, então, não dava mais lucro, tinha que tirar de outras atividades recursos para manter os animais. Por ser uma área próxima a cidade o que de certa forma era favorável para dar destino da produção em seguida com expansão dos loteamentos obrigaria a eliminar os animais, que viviam fugindo. A fiscalização não era problema, pelo menos nunca foi advertida por nenhum órgão, segundo explica.

Sintetizando os elementos decisivos para seu fechamento nota-se a pouca disponibilidade de mão-de-obra e tecnificação (desencadearam problemas de saúde) gostarem do que faz (vocações/ especialização)

Adaptando perguntas orientadoras aplicadas as agroindústrias, com vista a esclarecer e afinar os resultados do estudo proposto buscou opinião de um extensionista local da EMATER que acompanha todo esse processo em nível local por mais de 20 anos.

Ao ser perguntado sobre o universo de agroindústrias existentes no município de Marau, aponta que existem 4 formalizadas. E um número desconhecido de informais que comercializam excedentes em uma leitura rápida visualiza que este número é acima de 16. Os produtos mais comuns e comercializados são: embutidos de carne suína, leite, queijo, iogurte, massas, erva mate, vinho, geléias, sucos, chimias, conservas, cachaça, rapadura, melado, mel entre outros. Quando perguntado sobre as razões da informalidade, indica como limitantes as exigências nas instalações referindo-se a atender a legislação e a gestão ambiental bastante rígida, tornando-se um fator limitante, onde muitos não atenderiam as normas. Quanto ao mercado as formalizadas com SIM apresentam vantagem a credibilidade do produto atende as exigências de processamento e controles sanitários dos animais. Nas informais não é menor a credibilidade/confiança, muitos anos que processam, conquistando os consumidores. E estes passam a garantir a validar dando credibilidade. *“As informais, as famílias têm uma tradição, alguma coisa e, os consumidores vão buscar”*. Estas ainda enfrentam dificuldade com a mão-de-obra. Ficou a idéia, porém é pouca gente que está no meio rural e pessoas com problemas de saúde.

As formais obtiveram sucesso pela tradição muito antiga, gerando, credibilidade ao produto. Acredita que o município comporta até 40 agroindústrias com confiabilidade e gerando qualidade de vida para as famílias rurais e principalmente o consumidor. Exemplifica que o queijo consumido, maior parte vem de fora, sinalizando que há espaço para novas. Indagado sobre os serviços que a entidade oferece /presta as agroindústrias comenta: que das visitas feitas e conversas sobre o que é uma agroindústria, procura-se conduzir as pessoas para um centro de treinamento, para que ela veja se é isto que realmente quer. Depois de ter o

consentimento da família, dando acompanhamento técnico e outros serviços que precisar escolha de local adequado. O projeto em si é oferecido aos que necessitam. Viabilização de crédito: tem hoje crédito normal do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF e pode também ser grupal podendo atender mais de uma família no mesmo projeto. Perguntado sobre a ação do município, diz que poderia ser melhor atendidas as AFRs com um projeto [programa de agroindústrias] de longo prazo.

Procurando elucidar na visão do extensionistas as razões que levaram ao fechamento da AEC, uma vez que esta foi assistida pela entidade. Comenta: *“Foi feito todo o acompanhamento, tudo de acordo, porém nos esquecemos de uma parte muito importante que era a parte administrativa a aí é que o grupo começou a se desentender”*, aponta a falta de gestão como o maior problema. De certa forma confirmando as afirmações do agricultor. No que se refere ao formato individual ou associativo, acredita que ambas podem dar certo, mas quando familiar tem mais chance de ter sucesso.

Da influência da mulher nos empreendimentos comenta *“Onde a mulher participa a agroindústria toma um rumo. Mais consolidado especialmente quando é compartilhado”*.

E o que observa entre os maiores problemas no tocante ao tema agroindústria familiar: as informais – no leite teriam que sair de onde estão teria que mudar tudo. Não atendem normas de segurança alimentar. Podem estar com os dias contados, pois o consumidor passa a querer visualizar como fazem vivem as pessoas, saber do bem estar dos animais, aponta que os consumidores se não atendidas estas prerrogativas, vão deixar de adquirir os produtos.

E obter os registros é algo atingível para este grupo de estabelecimentos ainda informais? Ao responder, reflexiona sobre as exigências diversas e aponta que há muito que melhorar (por parte dos órgãos e leis), para atender a demanda/realidade. Estaria facilitado para obter a formalização as de produtos de origem vegetal, citando como exemplo de que no passado já existiram 8 estabelecimentos que faziam rapadura e praticamente, hoje, quase tudo vem de fora. Este é um tipo de estabelecimento fácil de regularizar, diferente do leite que investe mais.

Na visão do profissional os mercados institucionais se apresentam como uma oportunidade. Falta produto e até entendimento quem esta operacionalizando os programas, poderia dar mais oportunidade aos produtos daqui e nota-se que as vezes o que importa é o preço, desprezando o produto local que certamente tem valor diferenciado [superior].

E no que se refere as políticas públicas, entende que se faz necessário trazer todos conversar, unificar a linguagem, trabalhar a organização de forma coletiva. Dentro desta proposta (programa municipal) trabalhar, um prazo pra se legalizar as informais. Visualiza

que na região existe, espaço e consumo para os produtos da agroindústria familiar. Encerra com o reconhecimento da importância das pessoas serem, mais bem, esclarecidas/capacitadas, sejam agricultores, técnicos e gestores sobre as questões de meio ambiente, vigilância sanitária e fiscal. *“Ir de encontro à solução das coisas. Não conhecemos tudo”*. Precisa-se saber ainda sobre legislação, leis trabalhistas e previdenciárias.

## 6 CONCLUSÃO

Resgatar um pouco da história da agricultura familiar, eis um exercício necessário, para compreender sua capacidade de adaptação e reprodução ao longo dos anos frente as mudanças socioeconômicas a que esteve submetida, seja pela mecanização/modernização da agricultura provocando uma primeira migração, seguida de posturas do estado com estímulo aos grandes complexos agro-industriais, apoiando-se na idéia que o progresso viria a se consolidar da mesma forma que nos países já industrializados.

Esse modelo, que aumentou as desigualdades, permitiu que algumas grandes propriedades sejam lucrativas com a produção das commodities tradicionais, porém inseridos em um contexto duvidoso de sustentabilidade. Já aos agricultores familiares, esse contexto diminuiu as alternativas para sua permanência no campo – gerando exclusão de muitos.

Por volta da década de 90 nesta região, emergiu a oportunidade dos saberes/sabores caseiros tornarem-se uma alternativa viável para agregar valor a matéria-prima e dar um destino a produção, frente ao novo cenário das integrações e globalização. A agroindústria familiar rural parece garantir a permanência do homem no campo e, ao mesmo tempo, manter esta opção do alimento artesanal para aqueles que tinham como costume produzir e processar seu próprio alimento, e agora vivem nas cidades. Este reencontro assegura, entre outras coisas, uma reciprocidade para ambos, agricultores e consumidores que não só fazem um comércio, mas trocam outros valores intrínsecos aos produtos.

Responder todas as questões que dizem respeito às múltiplas facetas, promissoras e restritivas, no tocante as agroindústrias familiares rurais no município de Marau, parece ser algo que não se pôde esgotar, como também não era a pretensão, diante de um campo agora minimamente conhecido, porém entendido, complexo. Mesmo assim, os resultados permitiram trazer algumas constatações significativas.

Os fatores limitantes ficaram visíveis, a própria informalidade um fator que gera de certo modo intranquilidade aos agricultores familiares, visto que estabelece barreiras de cunho fiscal, sanitário e ambiental e não menos importante a questão da garantia da segurança alimentar que fica imprecisa. Para as atuantes formalizadas, as normatizações são entendidas pelos sujeitos como excessivas. Em especial no que se refere as questões ambientais para ambas e fiscais quando microempresa.

As potencialidades cruzam um horizonte ainda maior e promissor de valorização dos saberes inter-geracionais, agregação de renda, permanência dos jovens no meio rural e no



convívio com o núcleo familiar, alimentos com sabor e jeito artesanal diferenciados das ‘massas indústrias’, um comércio solidário entre agricultores e consumidores diminuindo os atravessadores, entre outros aspectos já exaustivamente abordados por outros pesquisadores.

Dentro da caracterização encontrada na pesquisa, revelou-se dos três tipos de AFRs: a “Agroindústria Caseira”, bem caracterizada pela AEI, seguida pela ALI esta última demonstrando interesse em tornar-se ‘Agroindústria Familiar Artesanal’, categoria a que pertencem AEF e ALF. Deixam uma lacuna, as de carne suína, do ponto de vista da origem matéria-prima, embora este fator pareça secundário no que define uma AFR. A suinocultura por tratar-se de um segmento em que o atual modo de produção, coloca em risco muitos criadores independentes pelas oscilações de preços, um fornecedor idôneo, aparenta ser uma boa parceria.

Ao ponderar sobre os aspectos da comercialização é oportuno mencionar a estratégia comum entre todas da busca em atingir de preferência o consumidor final, representado com maior percentual geral de vendas entre os diferentes canais encontrados se somado a feira do produtor que também estabelece um contato direto, e importante vitrine onde comercializa e divulga o produto para sociedade. Dessa forma, fica notório a importância para todo conjunto de agroindústrias o mercado local. A expansão para mercado regional estaria, ao grupo estudado, limitada de forma legalizada. Sendo prudente ampliar os estudos referentes a esses canais/oportunidades de comercialização, bem como a logística, o atendimento das questões sanitárias, os fatores de competitividade e escala considerando a manutenção dos agregados típicos para o “produto colonial”.

Uma questão a ser ampliada e discutida regionalmente, via CONDEPRO ou como já vem ocorrendo no Pré Território Pacto Novo Rio Grande (consórcio de 23 municípios) do qual Marau faz parte, diz respeito às questões sanitárias que ainda se configuram uma barreira para as agroindústrias artesanais. Neste mesmo fórum, seria importante avançar sobre questões comuns como: legislação ambiental, inspeção e meios de validação social e oficial expandindo o leque de mercados potenciais aproximando-se do “comércio justo e solidário.”

A vocação para agroindustrialização, aliada a disponibilidade de mão-de-obra e idade dos empreendedores, parecem ser fatores determinantes para o sucesso e continuidade dos empreendimentos familiares – como verificados em dois casos (um ativo que se mantém na informalidade e outro que fechou). O que remete a questões cruciais do campo como envelhecimento da população e “penosidade” que alguns trabalhos podem imprimir aos agricultores familiares que, diga-se de passagem, fazem tudo as próprias custas como forma de sobrevivência.

A presença da mulher é marcante nos casos estudados e de certa forma coloca em cheque o inverso (ausência) como seria no caso dos lácteos teria continuidade uma vez que o trabalho é quase que exclusivo da mulher que domina processos e responsável pela ordenha, tarefa não menos importante, pois envolve a higiene refletida na qualidade da matéria-prima e por consequência no produto final.

Pensar no desenvolvimento rural como “estrada a ser percorrida”. Exige um exercício/movimento visando uma construção a partir das bases com planejamento, apoiada por facilitadores preparados, capazes de interagir e interpretar a realidade local, com desafio de aliar atores sociais, gestores das políticas públicas, movimentos sociais, responsáveis por órgãos e entidades ligadas as questões agrárias, sem esquecer-se da participação dos agricultores familiares, pelo exposto, tem muito a contribuir. Almejando ver na agroindústria familiar artesanal, colaboradora e propulsora da sucessão familiar, geração e distribuição de renda, produção de alimentos seguros, manutenção de sabores e saberes tradicionais, resgate de auto-estima portadora de autonomia àqueles que nela depositam seus esforços de forma laboriosa e digna.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, J. A. **Pesquisa em Extensão Rural: um manual de metodologia**. Brasília: MEC/ABEAS, 1989. Disponível em: [http://www.livrosgratis.com.br/arquivos\\_livros/me002578.pdf](http://www.livrosgratis.com.br/arquivos_livros/me002578.pdf). Acesso em: 14 de junho de 2011.

AMORIM, L. S. B.; STADUTO, J. A. R. **Desenvolvimento Territorial Rural: Estudo empírico sobre agroindústria familiar rural no Oeste do Paraná**. Disponível em: <http://www.sober.org.br/palestra/6/729.pdf>. Acesso em 18 de janeiro de 2011.

BADEJO, M. S. **Administração Financeira nas Agroindústrias**. 2010. Disponível em <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/mod/resource/view.php?id=84408>> Acesso em 14 de janeiro de 2011.

BARROS, L. C. **Legislação incidente sobre a agroindústria de pequeno porte**. In: ALTMANN, R. *et al. Perspectivas para a agricultura familiar: horizonte 2010*. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2003. 114p.

BOYD, H. W. et alli. *Marketing Research – text and cases*. 7<sup>th</sup>. Ed. Homewood, IL., R. D. Irwin, 1989.

BENEVENUTO, M. A. D. **Questão alimentar e nutrição: um enfoque interdisciplinar**. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 3, novembro 1994: 161-165. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/tres/beneven3.htm> Acesso em 10 de janeiro de 2011.

BOUCHER F., RIVEROS H. **La Agroindústria rural de América Latina y del Caribe, tomo 1, su entorno, marco conceptual y impacto**. PRODAR - documento de trabajo. San José de Costa Rica.

BRASIL, Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento-MAA, **Instrução Normativa nº51 de 18 de setembro de 2002**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em março de 2011.

CARTILHA: **Agroindústria familiar rural: contribuições para o desenvolvimento agroecológico/coordenação** de Jaqueline Sgarbi; Fabiana Thomé da Cruz, Leomar Luiz Prezotto e Ana Cristina Krolow. – Pelotas: Centro de Apoio ao Pequeno Agricultor, 2007. 32p.

CASTRO, G. G. de M. **Orientações sobre o registro, no MAPA, de bebidas e estabelecimentos produtores de bebidas**. Embrapa Informações Tecnológicas. Brasília, 2006. 79p. – MDA Programa de Agroindustrialização da Agricultura Familiar.

CENCI, A. **Análise do perfil das agroindústrias familiares situadas na região do CONDESUS**. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, 2007.

Dados do município de Marau Disponível em:  
<[http://www.pmmarau.com.br/cidade\\_dados.php](http://www.pmmarau.com.br/cidade_dados.php)> Acesso em 28 de abril de 2011.

EISENHARDT, K. M. **Building theories from Case Study Research**. Academy of Management Review, 14(4), 522, 1989.

FEE. Fundação de economia e estatística do RS Disponível em:  
<[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_pib\\_municipal\\_destaque\\_texto.php](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_pib_municipal_destaque_texto.php)  
> Acesso em 25 de abril de 2011.

FEE . Mapa **Estado do Rio Grande do Sul, no detalhe Região Condepro**. Disponível em:  
[http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg\\_coredes\\_detalhe.php?corede=Produção](http://www.fee.tche.br/sitefee/pt/content/resumo/pg_coredes_detalhe.php?corede=Produção)  
Acesso em 30 junho de 2011.

Fonte: Municípios do CONDEPRO -Conselho Regional de desenvolvimento produção.  
Disponível em: <http://www.condepro.upf.br/>

GUIMARÃES, G. M. e SILVEIRA, P.R.C. da. Por **Trás da Falsa Homogeneidade do Termo Agroindústria Familiar Rural**: Indefinição Conceitual e Incoerências das Políticas Públicas In.: *VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Anais. Fortaleza: SBSP, 2007. 15p. Disponível em:  
<[www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab\\_Format\\_PDF/99.pdf](http://www.cnpat.embrapa.br/sbsp/anais/Trab_Format_PDF/99.pdf)>. Acesso em 14 de março de 2011.

HARLING, K. ; MISSER, E. Case writing: an art and a science. *International Food and Agribusiness Management Review*, v.1, n.1, p.119-138, 1998.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Disponível em:  
<<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1>> acesso em 25 de abril de 2011.

IBGE. Censo Agropecuário 2006 **Agricultura Familiar Primeiros Resultados** Disponível em:  
<[http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri\\_familiar\\_2006/familia\\_censoagro2006.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/agri_familiar_2006/familia_censoagro2006.pdf)> Acesso em 25 de abril de 2011.

IBGE . **Número de estabelecimentos e área Agricultura Familiar e Não Familiar em 2006**. Marau/RS. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 25 de abril de 2011.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>> Acesso em 25 de abril de 2011.

LAMARCHE, H. A. (Coord.) **Agricultura Familiar: Comparação Internacional**. Campinas/SP: Ed: UNICAMP, 1993, 336 p.

LAMARCHE, H.. **A agricultura Familiar: Comparação Internacional I Uma realidade multiforme**. Tradução: Ângela Maria Naoko Tijiwa. 2. edição. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1997.

LAKATOS, E. M. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. rev. São Paulo: Atlas, 1991.

Lei 11.326 Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)> Acesso em 20-04-2011

Lei Dispõe sobre a inspeção industrial e sanitária dos produtos de origem animal. Lei Nº 1283, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1950 <http://extranet.agricultura.gov.br/sislegis-consulta/consultarLegislacao.do?operacao=visualizar&id=3035>

MALUF, R. S. **Mercados agroalimentares e a agricultura familiar no Brasil**: agregação de valor, cadeias integradas e circuitos regionais. Ensaios FEE, Porto Alegre, v. 25, n. 1, p. 299-322, abr. 2004.

MENEGHETTI, G. A. **Desenvolvimento, Sustentabilidade e Agricultura Familiar**. Disponível em <http://www.emater.tche.br/site/br/arquivos/servicos/biblioteca/digital/art18.pdf> Acesso em janeiro de 2011.

MENEGHETTI, G. A. – Entrevista [25 de abril de 2011] Mestre Engenheiro Agrônomo - Assistente Técnico Regional em Agroindústria da EMATER/RS ORIENTAÇÕES SOBRE LEGALIZAÇÃO DE AGROINDÚSTRIAS – Entrevista concedida a Jordano Luís Girardi.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: Argos, 2005. P.338.

MIOR, L. C.. **Agricultura familiar, agroindústria e desenvolvimento territorial**. Colóquio Internacional de Desenvolvimento Rural Sustentável, Florianópolis, 2007. 20 p. Disponível em < [http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo\\_Coloquio\\_%20- Mior.pdf](http://www.cidts.ufsc.br/articles/Artrigo_Coloquio_%20- Mior.pdf)> Acesso em 15 abril de 2011.

NIEDERLE, P. A.; JUNIOR, V. J. W. **A agroindústria familiar na região Missões**: construção de autonomia e diversificação dos meios de vida. Porto Alegre, 26 a 30 de julho de 2009, Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural.

PELEGRINI, G.; GAZOLLA, M. **A Agroindústria Familiar no Rio Grande do Sul**: Limites e Potencialidades a Sua Reprodução Social. Frederico Westphalen/RS: Ed. Da URI, 2008, 195p.

Pesquisa sobre IDH: Disponível em [http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice\\_de\\_Developmento\\_Humano](http://pt.wikipedia.org/wiki/%C3%8Dndice_de_Developmento_Humano) Acesso em 30 junho de 2011.

PETTAN, K. B. *et al.* **Análise comparativa do desempenho da competitividade das agroindústrias familiares em rede e isoladas no Oeste de Santa Catarina**. In: XLII Congresso da SOBER, Anais. Juiz de Fora, 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/12/05O287.pdf>>. Acesso em 15 de junho de 2011.

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARAU. **Localização de Marau no mapa do RS e os limites com outros municípios**. Disponível em: <http://www.cymarau.com.br/institucional.php> . Acesso em 30 junho de 2011.

PREZOTTO, L. A. **Uma concepção de agroindústria rural de pequeno porte.** Revista de Ciências Humanas. Editora da UFSC. Florianópolis. N° 31, abril de 2002. Disponível em <<http://www.cfh.ufsc.br/~revista/rch31.pdf>> Acesso em: 15 de Janeiro de 2011.

RÉVILLION, J. P. **Restrições e alternativas para o desenvolvimento da agroindústria familiar no RS.** 2010. Disponível em: <<http://moodleinstitucional.ufrgs.br/course/view.php?id=9878>> Acesso em: 13 maio de 2011 .

RISSARDO, Hélio José: Depoimento. [22 de junho, 2011]. Marau – RS. Extensionista da EMATER/RS do município de Marau/RS. Entrevista concedida a Jordano L. Girardi.

ROSA, L. S. da; QUEIROZ, M.I. Avaliação da qualidade do leite cru e resfriado. Ciênc. Tecnol. Aliment, Campinas, n. 27, p.422-430, Abri – jun de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cta/v27n2/35.pdf>>. Acesso em: março de 2011.

STERNS, J. A. ; SCHWEIKHARDT, D. B. ; PETERSON, H. C. Using case studies as an approach for conducting agribusiness research, International Food and Agribusiness Management Review, v.1, n.3, p.311-327, 1998.

SANTOS, R. C. dos. **Manual para aplicação das boas práticas agropecuárias e de fabricação na agroindústria.** Porto Alegre: EMATER/ RS-ASCAR, 2007. 130p.

SANTOS, R.C.- Palestra sobre legalização de agroindústrias. 2008.

SANTOS, R. C. ; FERREIRA, C. H. **Caracterização de agroindústrias familiares localizadas na área de abrangência da mesorregião Grande fronteira do MERCOSUL.** Extensão Rural e Desenvolvimento Sustentável. Porto Alegre, v.2, n.1/2, jan/ago 2006.

SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DE MARAU, 2011. Depoimento [10 de maio, 2011]. Andréia Rigo, Funcionária Secretária da Agricultura. Entrevista concedida a Jordano L. Girardi.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, 2011. Dados obtidos através de pesquisa junto a agentes de saúde do município. Marau, 2011.

SGARBI, J. **Agroindústria familiar no Alto Uruguai do Rio Grande do Sul:** uma análise do processo de comercialização. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) - Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, Centro de Ciências Agrárias. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006. P. 131

SILVEIRA, P. R. C. da. & ZIMERMANN, S. **A Qualidade em Circuitos Regionais de Produção de Alimentos numa Perspectiva de Segurança Alimentar.** In: FROELICH, M.& DIESEL, V. Espaço Rural e Desenvolvimento Regional, Ijuí, ed.UNIJUÍ, Relatórios de Pesquisa, 2004.

SILVEIRA, P. R. C. da.; HEINZ, C. **Controle de qualidade normativo e qualidade ampla: princípios para re-estruturação e qualificação da produção artesanal de alimentos.** Seminário sobre Agroindústria Familiar e Desenvolvimento Rural, São Luis Gonzaga-RS, 2005. Anais, São Luis Gonzaga: UERGS, 2005. CD-ROOM.

TEDESCO, J.C. **Terra trabalho e família** – racionalidade produtiva e *ethos* camponês. Passo Fundo EDIUPF, 1999.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 175p. 1987.

TREMARIN, I. C.; SCHMITZ, J. A. K.; WAGNER, S. A. **Desenvolvimento Rural e Agroindústria Familiar**: Um estudo na regional sindical da Serra do Alto Taquari. In: MENASCHE, Renata. (Orgs.) *A Agricultura Familiar à Mesa*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2007. P.120-129.

VEIGA, J. E. da. **O Brasil rural ainda não encontrou seu eixo de desenvolvimento**. In: Estudos Avançados, São Paulo, p101-119, 2001.

VIANA, L. R. et al. **Qualidade do leite in natura recebido pela usina da Escola de Laticínios da UFSM**. In: XXIX Congresso Brasileiro de Medicina Veterinária, Gramado-RS, 2002.

WESTGREN, R. ; ZERING, K. Case study research methods for firm and market research. *Agribusiness*, v.14, n.5, p.415-424, 1998.

WESZ JUNIOR, V. J.; TRENTIN, I. C. L.; FILIPPI, E. E. 2006. **A importância da agroindustrialização nas estratégias de reprodução social das famílias rurais**. Em: Anais do Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural, XLIV, Fortaleza/ CE. Brasília: SOBER. Disponível em < <http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/493.pdf> > Acesso em 14 de março de 2011.

YIN, R. K. Case study research: design and methods. 2<sup>nd</sup> edition. London: Sage Publications, 1994.

## APÊNDICE A

### Questionário de Campo direcionado para AFRs – Marau/RS

- 1- Tipo de estabelecimento Formal  Informal
- 2- Agroindústria familiar?
- 3- Micro empresa  Venda com Bloco de produtor  Nenhum
- 4- Legalizada desde quando ? Já vendia antes? desde quando?
- 5- Situação legal quanto Vigilância  Ambiental  Fiscal  Inspeção
- 6- Tipo de fiscalização sanitária? SIM  CISPOA  Nenhuma/Informal
- 7- Qual o tamanho da Propriedade?
- 8- Qual o volume processado na agroindústria?
- 9- Tipos de produtos elaborados?
- 10- Origem da matéria prima. Percentual própria e quanto é comprada de terceiros?
- 11- Quantas pessoas são ocupadas na propriedade e na agroindústria relação homens Mulheres. Idade . Tem empregados contratados? Quantos?
- 12- Como aprendeu a processar ? Buscou qualificação na área?
- 13- Quem apoiou para dar início às atividades?
- 14- Recebe acompanhamento técnico? de quem ?
- 15- Recebeu algum tipo de incentivo fiscal ou outro? Qual? De quem ?
- 16- Acessa linhas de financiamento diferenciadas? Quais?
- 17- Comercialização : Onde costuma vender em percentual por local de comercialização: Percentual local / outros municípios  ? Tipos de canais: Supermercados  / Feiras  / Direto a consumidor  / Outras (Quais?) \_\_\_\_\_
- 18- A mulher na agroindústria.  
Participa do processamento   
Participa da comercialização   
Participa na produção da matéria prima   
Quanto tempo do dia dedica à agroindústria em horas \_\_\_\_\_
- 19- A agroindústria na propriedade representa quanto em termos de importância comparada as demais atividades hoje. Em percentual de renda sobre as demais.
- 20- Onde está localizada a agroindústria:  
Junto a casa



Encostada a casa em peças separadas ()

Em local isolado e somente para processamento ()

Outro () \_\_\_\_\_

21- Qual o tamanho da agroindústria em metros quadrados. \_\_\_\_\_ Atende as necessidades no seu ver ?

22- Se estiver informal pretende se legalizar? Por quê?

23- Na sua visão quais os principais problemas tecnológicos, mercadológicos e de gestão que enfrentam as agroindústrias familiares? Por quê?

24- Na sua visão o que favorece a legalização da AF ?

25- Na sua visão o que atrapalha a legalização da AF?